



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE  
CONTEMPORÂNEA**

ARIADNE DE ARAÚJO CRUZ

**EXAMES SUPLETIVOS:  
MOTIVAÇÕES DE PAIS E FILHOS, DE CONTEXTOS  
SOCIOECONÔMICOS DIVERSOS, PARA A SUA REALIZAÇÃO**

Salvador

2014

ARIADNE DE ARAÚJO CRUZ

**EXAMES SUPLETIVOS:  
MOTIVAÇÕES DE PAIS E FILHOS, DE CONTEXTOS  
SOCIOECONÔMICOS DIVERSOS, PARA A SUA REALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Vaz de C. Moreira

Salvador  
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

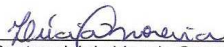
**Ariadne de Araújo Cruz**


**“Exames supletivos: motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos, para a sua realização.”**


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 17 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

  
Profª. Doutora Lucie Vaz de Campos Moreira- UCSal.  
Orientador (a)

  
Profª Drª Celma Borges Gomes - UFBA

  
Prof. Dr. Camilo de Lelis Colani Barbosa - UCSal

## AGRADECIMENTOS

Foram muitos os caminhos percorridos até chegar aqui, e a DEUS, agradeço por tudo: pessoas, encontros, colaboração, apoio, generosidade, vínculos firmados em minha vida, aprendizagens, crescimento enquanto ser humano.

O meu agradecimento especial para minha família: minha mãe Celeste, por gerar e formar a pessoa que sou e estar presente em todos os momentos da minha vida; meus irmãos, Luis e Paulo, que, por mais “distantes” da minha trajetória diária, vibram a cada conquista alcançada; à minha tia Sônia, por acreditar e torcer; a Ricardo, que ficou ao meu lado nos momentos de estudos, apresentações, grandes aflições e dúvidas, construção desta Dissertação, sempre me incentivando e torcendo para que tudo ocorresse da melhor forma possível; à minha prima Karyne, companheira e colaboradora nos momentos em que mais precisei para organizar os dados da minha pesquisa; à minha cunhada Dalva por ouvir os desabafos por meio dos telefonemas sobre dias tão corridos e cheios de compromissos, sempre com boas risadas e palavras de otimismo.

Às grandes amigas: Lúcia, Conceição, Gilda, Célia e Isabela por acreditarem sempre nos meus sonhos e por me darem força para continuar sonhando.

Aos colegas que me acolheram com respeito e generosidade no início desta jornada: Maura Avena, Luciene Figueiredo, Angélica Vitoriano, Carlos Magno, Sumaia Medjle (que me apresentou à minha querida orientadora), José Onofre, Hannah Fitterman, Clarissa Fontoura, Eurípedes Junior, entre outros tão queridos.

Aos colegas de turma do Mestrado/2013: Fabiana Lino, Aroldo Barbosa, Lorena Cardoso, Kary Peixoto, Carmelita Santos, Luciana Veloso, Mirna Monsier, Clever Jatobá, Teresa Oliveira, Franciele Engelmann, Jeane Ramos e Bárbara Pontes, por estarmos juntos durante estes dois anos e formarmos uma turma especial, onde vínculos de amizade foram gerados.

À querida Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Vaz de Campos Moreira, pela acolhida como orientanda e participante do Grupo de Pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”. Sua presença constante e generosidade possibilitaram o meu crescimento profissional e acadêmico.

Aos Professores Doutores Camilo Colani, Elaine Rabinovich, Giancarlo Petrini, José Menezes, Mary Castro, Miriã Alcântara e Vanessa Cavalcanti, pela colaboração na construção de mais conhecimentos em minha vida.

Aos Professores Dr<sup>a</sup> Celma Borges e o Dr<sup>o</sup>. Camilo Colani que compuseram a banca examinadora desta dissertação de mestrado, pelas orientações e sugestões tão pertinentes.

Aos meus queridos colegas do grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano” e à colega Teresa Oliveira, pelos bons momentos partilhados.

À querida amiga Franciele por ter me ensinado a ter muito mais fé em DEUS por meio de orações e da sua bondade.

Aos funcionários da Universidade Católica do Salvador, em especial: Luciana, pelo seu carinho na recepção da Secretaria, atendendo a todos os pedidos; Rose, bibliotecária, colaborando desde o período da seleção para o mestrado, e Graça, com suas orientações durante a escolha de livros para a construção deste estudo.

À equipe gestora do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto, Deylane Andrade, Nilton Lázaro e Nitevaldo Eloi, por viabilizar a minha pesquisa na unidade escolar e incentivar os meus estudos.

Aos colegas de trabalho: Auzelene, Ana Paula, Diná, Ediana, Raimundo, Zé Carlos, Magali, Conceição, Márcia, Equivaldo, Walry, pois sempre me acolheram com palavras de incentivo.

À minha afilhada Ana Catarina, “presente” que DEUS, por meio da minha prima Cidênia e do seu marido Henrique, me deu.

Aos tios, colegas, amigos e primos distantes, que residem em outras terras, e próximos, pelo carinho e torcida.

Por fim, agradeço a todos que colaboraram gentilmente para mais uma etapa de vida cumprida: os queridos e parceiros funcionários da CPA, por compartilharem comigo de todas as etapas de funcionamento do setor; e os da escola, onde atuo como coordenadora pedagógica.

Sou grata, especialmente, aos participantes da pesquisa, pois gentilmente cederam o seu tempo para que este estudo fosse realizado.

Ensinar é um exercício de imortalidade.  
De alguma forma continuamos a viver naqueles  
cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra.  
O professor, assim, não morre jamais.

(Rubem Alves)

## Tente outra Vez

Veja

Não diga que a canção está perdida

Tenha fé em Deus, tenha fé na vida

Tente outra vez

Beba

Pois a água viva ainda está na fonte

Você tem dois pés para cruzar a ponte

Nada acabou, não, não, não, não

Tente

Levante sua mão sedenta e recomece a andar

Não pense que a cabeça aguenta se você parar,

não, não, não, não

Há uma voz que canta,

uma voz que dança,

uma voz que gira

Bailando no ar

Queira

Basta ser sincero e desejar profundo

Você será capaz de sacudir o mundo, vai

Tente outra vez

Tente

E não diga que a vitória está perdida

Se é de batalhas que se vive a vida

Tente outra vez

(Raul Seixas e Luciano)

CRUZ, Ariadne de Araújo. **EXAMES SUPLETIVOS: MOTIVAÇÕES DE PAIS E FILHOS, DE CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS DIVERSOS, PARA A SUA REALIZAÇÃO.** F. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2014.

## RESUMO

O trabalho como coordenadora pedagógica da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – CEA, onde exames supletivos são desenvolvidos, estimulou a realização da presente dissertação de mestrado que tem por objetivo conhecer as motivações que levam pais, mães e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos. O estudo caracterizou-se por ser descritivo exploratório e teve 80 participantes. Estes foram subdivididos em Grupo 1, composto por 20 candidatos aos exames supletivos e seus respectivos pais/mães pertencentes às classes sociais A e B, e o Grupo 2 abarcou 20 candidatos das classes sociais C e D e seus pais/mães. Os critérios de classe foram os estabelecidos pelo IBGE, no Censo 2010, e a idade dos candidatos variou de 15 a 20 anos. Para a coleta de dados foram construídos dois questionários semiestruturados: um para os candidatos e outro para os seus pais. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal. Houve convite aos participantes no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – CEA e os que aceitaram, assinaram o Termo de Consentimento/Assentimento Livre e Esclarecido e, em seguida, preencheram o questionário na sala da Coordenação Pedagógica da referida instituição. Os dados foram analisados construindo categorias a partir das respostas obtidas e calculando-se as respectivas porcentagens. Além disso, houve análise da quantidade de inscritos, dos presentes e dos aprovados nas avaliações dos exames supletivos da referida escola no período de 2010 a 2013. Os principais resultados foram: na unidade escolar estudada, havia uma maior procura pelos exames supletivos referentes ao ensino médio do que ao ensino fundamental II. Foi crescente a procura por tais exames, mas o percentual de reprovação mostrou-se elevado. Para os/as pais/mães das classes A e B (Grupo 1), a principal motivação para que o(a) filho(a) realizasse os exames supletivos foi a antecipação do ingresso dele(a) na universidade. Por outro lado, os pais das classes C e D (Grupo 2) queriam que o(a) filho(a) concluísse o ensino médio com maior rapidez por estar em defasagem idade/série. Os jovens do Grupo 1 estavam motivados principalmente pelo fato de terem sido aprovados em faculdade/ENEM. Por sua vez, para os jovens do Grupo 2, as motivações estavam voltadas para obter a certificação em decorrência da defasagem idade/série e para poder inserir-se mais facilmente no mercado de trabalho. Nos diversos contextos, há expectativas dos pais para que os filhos tornem-se bons profissionais e sejam independentes economicamente. A educação é valorizada por todos os entrevistados, mas há a necessidade de políticas públicas eficazes que garantam educação formal de qualidade para todos, numa sociedade que a cada dia exige mais capacitação dos seus cidadãos.

**Palavras-chave:** Família. Exames Supletivos. Educação de jovens. Contextos Socioeconômicos.



CRUZ, Ariadne de Araújo. **SUPPLEMENTAL EXAMINATIONS: PARENTS AND SONS REASONS, FROM DIFFERENT SOCIOECONOMIC CONTEXTS, FOR ITS FULFILLMENT.** 2014 p. Dissertation (Master) – Catholic University of Salvador. Salvador, 2014.

### **ABSTRACT**

Working as educational coordinator of the Standing Committee Assessment (CPA) the State Center for Education Magalhães Neto – CEA, where suppletive exams are developed, led to the development of this dissertation which aims to understand the motivations that lead parents and their children, representing different social contexts, opt for supplementary course exams. The study was characterized by being descriptive exploratory and had 80 participants. These were divided into Group 1 comprised 20 candidates for supplementary course examinations and their fathers/mothers belonged to A and B social classes, and Group 2 encompassed 20 candidates of C and D social classes and their fathers/mothers. The class criteria were established by the IBGE in the 2010 Census, and the age of the candidates ranged from 15 to 20 years. For data collections were built two semi-structured questionnaires: one for the candidates and one for their parents. The study was approved by UCSal Research Ethics Committee. There was invitation to participants in the State Center for Education Magalhães Neto – CEA and who agreed, signed the Consent/Free and Clear Assent and then completed the questionnaire in the Pedagogical Coordination room of the mentioned institution. Data were analyzed building categories from the responses obtained and calculating the respective percentages. Furthermore, there was analysis of the subscribers' amount, current and approved on reviews from suppletives tests of that school in the period 2010 to 2013. The main results were: in the studied school, there was a greater demand for supplementary course examinations related to high school than the elementary school II. The demand for such tests increased, but the failure percentage was high. For the fathers/mothers of classes A and B (Group 1), the main motivation for the son performs the tests suppletives was the anticipation of his access at the university. On the other hand, parents of Class C and D (Group 2) wanted the son conclude the high school faster by being overdue in age/grade. Young people from Group 1 were mainly motivated by the fact that they were approved in college/ENEM. In turn, for young people in Group 2, the motivations were aimed to obtain certification as a result of age/grade and to be able to enter more easily into the labor market. In many contexts, there are parents' expectations for their children to become good professionals and economically independent. Education is valued by all respondents, but there is the need for effective public policies that guarantee formal quality education for all, a society that every day requires more training of its citizens.

**Keywords: Family. Supplemental examinations. Youth education. Socioeconomic context.**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mapa síntese por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto em 2010 - Ensino Fundamental. Salvador (BA), 2014

Tabela 2 - Mapa síntese por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto em 2011 - Ensino Fundamental. Salvador (BA), 2014

Tabela 3 - Mapa síntese por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto em 2012 - Ensino Fundamental. Salvador (BA), 2014

Tabela 4 - Mapa síntese por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto em 2013 - Ensino Fundamental

Tabela 5 - Mapa síntese por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto em 2010 - Ensino Médio. Salvador (BA), 2014

Tabela 6 - Mapa síntese por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto em 2011 - Ensino Médio. Salvador (BA), 2014

Tabela 7 - Mapa síntese por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto em 2012 - Ensino Médio. Salvador (BA), 2014

Tabela 8 - Mapa síntese por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto em 2013 - Ensino Médio. Salvador (BA), 2014

Tabela 9 - Faixa etária dos pais/mães cujos filhos realizam exames supletivos.

Salvador (BA), 2014

Tabela 10 - Escolaridade dos pais/mães cujos filhos realizam exames supletivos. Salvador (BA), 2014

Tabela 11 - Estado civil dos pais/mães cujos filhos realizam exames supletivos. Salvador (BA), 2014

Tabela 12 - Grau de parentesco dos entrevistados com os adolescentes que realizam os exames supletivos. Salvador (BA), 2014

Tabela 13 - Renda familiar mensal dos participantes. Salvador (BA), 2014

Tabela 14 - Quem contribui com a renda familiar mensal dos participantes. Salvador (BA), 2014

Tabela 15 - Residem com o adolescente candidato aos exames supletivos. Salvador, 2014

Tabela 16 - Idades dos adolescentes que realizam exames supletivos. Salvador (BA), 2014

Tabela 17 - Escolaridade dos adolescentes que realizam exames supletivos. Salvador, 2014

Tabela 18 - Séries dos adolescentes que realizam exames supletivos. Salvador (BA), 2014

Tabela 19 - Função exercida pelos adolescentes que trabalham e realizam exames supletivos. Salvador (BA), 2014

Tabela 20 - Com quem residem os adolescentes que realizam exames supletivos. Salvador, 2014

Tabela 21 - Concepções de exames supletivos para os pais entrevistados. Salvador (BA), 2014

Tabela 22 - Motivos que os pais alegaram para procurar os exames supletivos. Salvador (BA), 2014

Tabela 23 - Motivos que levaram o filho a estar em defasagem idade/série. Salvador (BA), 2014

Tabela 24 - Como os pais consideram o rendimento escolar do filho. Salvador (BA), 2014

Tabela 25 - Dificuldades apresentadas em alguma(s) disciplina(s) pelos filhos. Salvador (BA), 2014

Tabela 26 - Interesse em que os filhos frequentem sala de aula. Salvador (BA), 2014

Tabela 27 - Justificativas para o filho frequentar sala de aula regular. Salvador (BA), 2014

Tabela 28 - Justificativas para o filho não frequentar sala de aula regular. Salvador (BA), 2014

Tabela 29 - Expectativas com relação aos estudos do filho. Salvador (BA), 2014

Tabela 30 - Expectativas para o filho com relação ao trabalho. Salvador (BA), 2014

Tabela 31 - Concepções de exames supletivos para os jovens entrevistados. Salvador (BA), 2014

Tabela 32 - Motivos que os jovens alegaram para procurar os exames supletivos. Salvador (BA), 2014

Tabela 33 - Motivos que levaram o jovem a estar em defasagem idade/série.  
Salvador (BA), 2014

Tabela 34 - Como os jovens consideram o seu rendimento escolar  
Salvador (BA), 2014

Tabela 35 - Dificuldades apresentadas em alguma(s) disciplina(s) pelos jovens  
entrevistados. Salvador (BA), 2014

Tabela 36 - Interesse dos jovens em frequentar sala de aula caso não  
obtenham êxito nos exames supletivos. Salvador (BA), 2014

Tabela 38 - Justificativas para o jovem não frequentar sala de aula regular.  
Salvador (BA), 2014

Tabela 39 - Expectativas dos jovens com relação aos seus estudos. Salvador  
(BA), 2014

Tabela 40 - Expectativas dos jovens com relação ao próprio trabalho. Salvador  
(BA), 2014

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEE - Conselho Estadual de Educação

CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CPA - Comissão Permanente de Avaliação

DIREC - Diretoria Regional de Educação

ECA - Estatuto da Criança e do adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais

SEC - Secretaria de Educação e Cultura

SUDEPE - Superintendência de Recursos Humanos da Educação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	16
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b>	18
2.1 MUDANÇAS FAMILIARES	18
<b>2.1.1 Educação dos filhos: uma abordagem do século XX e início do século XXI</b>	24
<b>2.1.2 Educação de filhos em contextos socioeconômicos diversos</b>	29
2.2 ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	33
2.3 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Nº 9.394/96)	40
<b>2.3.1 Educação de jovens e adultos e os exames supletivos</b>	42
<b>2.3.2 ENEM: liminar como recurso para certificação do ensino médio</b>	49
<b>2.2.3 O estudo</b>	52
<b>3 MÉTODO</b>	54
3.1 DELINEAMENTO	54
3.2 LOCAL E PARTICIPANTES	55
3.3 INSTRUMENTOS	56
3.4 PROCEDIMENTOS	57
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	57
<b>4 RESULTADO E DISCUSSÃO</b>	58
4.1 RESULTADOS ANUAIS DOS EXAMES SUPLETIVOS REALIZADOS NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO MAGALHÃES NETO – CEA SALVADOR/BA, 2010 A 2013	58
4.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES	66
<b>4.2.1 Perfil dos pais/mães que procuram os exames supletivos para os filhos</b>	67
<b>4.2.2 Perfil dos adolescentes que procuram os exames supletivos</b>	73

4.3 MOTIVAÇÕES DE PAIS PARA OS FILHOS JOVENS REALIZAREM OS EXAMES SUPLETIVOS	79
4.4 MOTIVAÇÕES PARA JOVENS REALIZAREM OS EXAMES SUPLETIVOS	89
4.5 O OLHAR SOBRE OS RESULTADOS À LUZ DA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	98
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	104
<b>REFERÊNCIAS</b>	109
<b>APÊNDICES</b>	116
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	116
APÊNDICE B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para menores	117
APÊNDICE C- Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para pais de filhos menores	118
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista para os filhos	119
APÊNDICE E- Roteiro de Entrevista para os pais	121
APÊNDICE F - Autorização da Instituição de Ensino para pesquisa	123
<b>ANEXOS</b>	124
ANEXO A - Aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa pela UCSal	124
ANEXO B – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos Plataforma Brasil – MINISTÉRIO DA SAÚDE – Conselho Nacional de Saúde – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP	127



## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa “Exames Supletivos: Motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos, para a sua realização” partiu do trabalho diário da autora como Coordenadora Pedagógica numa Comissão Permanente de Avaliação (CPA), de Salvador-Ba, onde famílias buscam regularizar a vida escolar dos seus filhos ou concluir os estudos nos níveis de ensino fundamental ou médio.

Assim, essa Comissão tem como objetivo oportunizar o acesso à certificação nos referidos níveis de ensino por meio dos exames supletivos, previstos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecendo como legítimos os saberes produzidos fora da escolarização formal ou de maneira descontínua, em diferentes experiências de vida e de trabalho.

Os exames devem ser compreendidos sob um prisma contextualizado com a demanda de homens e mulheres, jovens ou adultos que, por motivos diversos foram excluídos da educação regular. Ou que buscam por meio deles, somente antecipar o ingresso na universidade; ou, ainda, que procuram a certificação em decorrência de obterem bom rendimento no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As CPAs também são procuradas por pessoas que aspiram a equivalência nos estudos, esta última no caso de estrangeiros ou brasileiros que concluíram os estudos no exterior e precisam validá-los no Brasil.

Cabe destacar que esta dissertação dará enfoque somente aos jovens com idades entre 15 e 20 anos e as suas famílias, de vários contextos econômicos que, por meio destas provas almejam regularizar a vida escolar dos filhos, ainda que alguns façam uso de ação judicial ou mandado de segurança (liminar) para realizarem estes exames.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9.394/96, na Seção V, Artigos 37º e 38º, dirigida à Educação de Jovens e Adultos (EJA), aborda o contexto socioeconômico das famílias, os interesses e as possibilidades destas pessoas num mundo globalizado. Ou seja, propõe contribuir com o grupo de indivíduos que busca resgatar a sua cidadania e ingresso no mercado de trabalho por meio destes exames que fazem parte da EJA.

A Educação de Jovens e Adultos requer uma revolução de paradigmas para os jovens que não tiveram a oportunidade de frequentar uma sala de aula regular. Não significa colocar pessoas num lugar em que não costumavam estar, não mais perceber as suas deficiências e, sim, suas possibilidades de superação. É preciso rever a função social da família, da escola e do trabalho e dar oportunidades diferentes, considerando a capacidade de cada um.

Vale salientar que, os exames supletivos só podem ser realizados em unidades escolares pertencentes à rede pública estadual de ensino e que são oferecidos gratuitamente a toda população. Instituições que, no geral, necessitam de maior investimento por parte do governo para atender com qualidade a população que, por meio da educação, busca adquirir melhores condições de vida na sociedade.

Diante deste quadro, a presente dissertação tem como objetivo conhecer as motivações que levam pais, mães e filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos para estes.

Para fundamentar estas realidades na educação de jovens e adultos no que se refere aos exames supletivos e aos contextos socioeconômicos das famílias, a presente dissertação contempla no capítulo de Revisão de Literatura os seguintes tópicos: as mudanças familiares, a educação de filhos, a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano, a organização da educação brasileira, a educação de jovens e adultos, exames supletivos e ENEM. Na sequência consta o percurso metodológico composto por abordagens qualitativas e quantitativas. Em seguida, são apresentados os resultados e a discussão e, logo após, constam as considerações finais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A Revisão de Literatura, a seguir, aborda as mudanças familiares e a educação dos filhos; apresenta a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano; reflete sobre a organização da educação no contexto brasileiro, destacando a voltada para jovens e adultos e os exames supletivos, além de mencionar o ENEM e a sua utilização na certificação do ensino médio. Por fim, constam os objetivos geral e específicos desta dissertação de mestrado.

### 2.1 MUDANÇAS FAMILIARES

A família é considerada um fenômeno universal. Para Morgan (2002), ela é ativa e passa por alterações no decorrer do tempo.

Por meio de achados sobre as suas primeiras constituições em civilizações primitivas, a partir de 1861 a história da família começa a ser estudada de fato por Bachofen<sup>1</sup>, no livro “O Direito Materno de Bachofen”.

Sobre este período, Engels comenta que:

Até o início da década de 1860, não se poderia sequer pensar em história da família. As ciências históricas ainda se achavam, nesse domínio, sob a influência dos Cinco Livros de Moisés.[...] era como se a família não tivesse tido evolução alguma através da história.(ENGELS, 2002, p.6).

Do período em que a família começou a ser estudada por Bachofen até os dias atuais, houve muitas alterações nos vários setores da sociedade. Transformações estas que afetaram diretamente a estrutura e o conceito de família.

A família, no decorrer dos séculos, vem sendo objeto de estudo e de discussões que não se esgotam e requerem contribuições das diversas áreas do conhecimento, necessitando de investigações interdisciplinares.

O conceito de família vem passando por alterações consideráveis, como afirma Petrini (2005, p.29):

---

<sup>1</sup> Prefácio à quarta edição/1891, no livro: A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado - Friedrich Engels.

Trata-se de mudanças profundas e permanentes, que dizem respeito à atividade produtiva e à organização do trabalho, aos processos educativos e de comunicação, até à socialização das novas gerações, ao universo de valores e critérios que orientam a conduta do cotidiano. Essas mudanças, concentradas e aceleradas, repercutem significativamente na vida familiar, desde a concepção de masculinidade e feminilidade e a forma de compreender a sexualidade e a relação entre os sexos, até a maternidade e a paternidade, a relação entre as gerações, principalmente no tocante à atividade educativa e de socialização.

Sendo assim, a sociedade contemporânea é o retrato de grandes mudanças nos campos da economia, da política, da cultura e da educação, com repercussões significativas em todo o contexto familiar.

Mas, as mudanças se tornam compreensíveis quando colocadas em perspectiva no contexto da história da família moderna, na qual as relações afetivas, o diálogo e a solidariedade são necessários cada vez mais para criar um ambiente propício ao envolvimento entre pais e filhos favorecidos pelo tipo de educação dada pela família, baseada nas transformações vividas nestas últimas décadas.

Com todas estas mudanças, a família continua proporcionando a socialização do indivíduo e a sua inserção na sociedade. Também é nela que as relações de conflito, amor, cooperação e competitividade acontecem em distintos momentos da vida e ajudam no amadurecimento da pessoa e no convívio de diferentes gerações. Como afirma Petrini (2003), as relações entre gerações na família estão orientadas, em princípio, à cooperação, à reciprocidade afetiva, à responsabilidade recíproca e ao acolhimento gratuito.

Court (2005) conceitua família como uma representação da vida social e pessoal, uma experiência única de sociabilidade humana, não comparável com nenhuma outra forma de vida institucional. Pode-se afirmar, de certo modo, que não se deve mencionar “a” família, em geral, mas descrever essa experiência humana, como sendo simultaneamente universal e pessoal.

Dessen e Polonia (2007) consideram família como sendo a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem-estar da criança. Tal instituição é vista como um sistema social

responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades.

Arriagada (2000) cita grandes mudanças nas famílias latino-americanas nas últimas décadas, como: o declínio do modelo patriarcal; a incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho (inclusive as de camada média); o aumento de lares chefiados por mulheres; o compartilhamento do cuidado e da socialização das crianças; o direito individual (acima do familiar), estabelecendo novas relações entre pais e filhos, com o aumento do direito destes; e a diminuição da hierarquia e da submissão, da predominância de famílias nucleares e das taxas de natalidade.

Complementando estas mudanças, Petrini afirma que:

Mudanças familiares de grande significado são observadas, ainda com variações, de acordo com a especificidade de cada grupo cultural ou classe social. Emerge, também, uma redefinição das transições familiares, isto é, uma mudança de *status* segundo o sexo e a idade, sendo renegociados os papéis em termos de igualdade entre os sexos e as relações entre pais e filhos, em termos mais democráticos, de acordo com uma concepção de igual dignidade da pessoa humana. (PETRINI, 2003, p.61-62)

Diante destes conceitos, as novas configurações de família<sup>2</sup>: casadas; separadas; recasadas; monoparentais e homoparentais, e as mudanças constantes na sociedade, no que se refere à formação deste núcleo, do contexto socioeconômico dos indivíduos e do desenvolvimento tecnológico, apontam para uma nova dinâmica familiar na contemporaneidade, ressaltando o papel da parentalidade nestas configurações.

Sobre o tema, Féres-Carneiro e Magalhães (2011, p. 117) afirmam que:

A parentalidade é produto do parentesco biológico e do tornar-se pai e mãe. Esta concepção de parentalidade oferece uma compreensão para as configurações familiares contemporâneas, que apresentam um novo desafio para os profissionais que atuam, sobretudo, nos campos da Psicologia, do Direito e da Educação.

---

<sup>2</sup> O Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Num breve resumo, Féres-Carneiro e Magalhães (2011) definem as configurações familiares contemporâneas da seguinte forma:

1. Famílias casadas - aquelas em que ambos os pais estejam vivenciando o primeiro casamento, ou a primeira união estável, com filhos deste(a) casamento/união e que estejam coabitando;
2. Famílias separadas - aquelas cujos pais tiveram um casamento (ou união estável) que foi posteriormente rompido(a), legalmente ou não, com filhos desta união, estando morando em casas separadas;
3. Famílias recasadas - são as que os pais tiveram um casamento (ou união estável) anterior, com filhos desta união, seguido de outro casamento (legal ou não) de um deles ou de ambos (com filhos deste recasamento, ou não);
4. Famílias monoparentais - as famílias constituídas por um dos pais (pai ou mãe) e seus filhos, cujo contato com o outro pai (pai ou mãe) é inexistente ou muito esporádico;
5. Famílias homoparentais - é pretensão das autoras investigar o exercício da parentalidade em famílias homoparentais femininas e masculinas, buscando avaliar, assim como, nas outras configurações familiares a serem estudadas, os desdobramentos da função parental e as questões de gênero, focalizando também o desenvolvimento dos filhos, questão pouco abordada em estudos brasileiros sobre homoparentalidade.

Assim, a família contemporânea caracteriza-se por uma grande variedade de formas, sendo necessário compreender os grupos familiares da atualidade (SARACENO, 2005).

As novas constituições familiares irão, ao longo do tempo, sempre passar por adaptações ou mudanças. As teorias concernentes à família devem prezar o equilíbrio entre fatores de risco e os fatores de proteção que concorreram para a resiliência de um indivíduo, em cada situação em que adaptações se façam necessárias.

Independente de a família contemporânea ser considerada “nova”, “diferente” ou em “mudança”, existe a continuidade dos vínculos familiares e eles precisam ser investigados.

Segundo Petrini (2005), as mudanças atingem simultaneamente os aspectos institucionais da realidade familiar bem como as identidades pessoais e as relações mais íntimas entre os membros da família.

Nesse contexto de mudanças, a saída da mulher para o mercado de trabalho trouxe significativas transformações para a família: hoje, ela também é provedora do lar; assume responsabilidades perante aos filhos e a sociedade; iguala-se aos homens em direitos com o respaldo da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil<sup>3</sup>, diante da necessidade de reformular o conceito e os direitos de família para atender às exigências da sociedade contemporânea. Além disso, a mulher assume vários papéis no contexto socioeconômico em que atua.

Não apenas a mãe, mas também o pai apresenta mudanças na atualidade. Com relação à presença dele na educação dos filhos, o conceito de paternidade na sociedade contemporânea e a sua participação no contexto familiar têm sido motivos de estudos e reflexões, porém, nas últimas décadas a temática está sendo discutida de forma mais abrangente e prolífera (LAMB, 2000).

O estudo da paternidade vem impondo maiores reflexões, principalmente no que tange à relação do pai e seu(s) filho(s) na sociedade contemporânea, na qual o papel masculino na família vem sofrendo alterações no decorrer do século XX e início do século XXI.

Segundo Lewis e Dessen (1999), existem três diferentes perspectivas em relação à paternidade: a paternidade tradicional, o pai tem o papel de provedor, que oferece suporte emocional à mãe, mas não se envolve diretamente com os filhos, exercendo um modelo autoritário; a paternidade moderna, o papel do pai diz respeito ao desenvolvimento moral, escolar,

---

<sup>3</sup> De acordo com o Artigo 226 do Código Civil:

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º - O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010)

§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Regulamento

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

emocional dos seus filhos; por fim, a paternidade emergente, origina-se na ideia de que o homem é capaz de participar ativamente dos cuidados e criação dos filhos.

No início do século XXI a figura paterna começa a passar por uma fase de transição social, redefinindo-se diante das demandas de uma sociedade globalizada, na qual a mulher exerce outros papéis que até o século passado estavam relacionados à sua função de mãe, cuidadora do lar e do marido como patriarca.

Hoje, o homem está assumindo uma nova identidade com relação aos filhos, e participando ativamente das atividades relacionadas a eles, inclusive no que se refere à vida escolar.

Assim, o sistema patriarcal tão difundido durante séculos, passou a ser contestado e transformado. O compartilhamento do poder entre homens e mulheres<sup>4</sup>, e as relações de gênero passaram a ser discutidas e disseminadas nas sociedades sob um novo ponto de vista atendendo aos anseios de uma família que também passa por transformações continuamente.

Diante disso, há a necessidade de conhecer a família mais profundamente e os papéis agora exercidos por homens e mulheres, pais e mães dentro dos seus lares, e de que maneira a relação com seus filhos propicia a perpetuação de seus valores e vínculos.

Assim, apesar de todas as mudanças que atingiram a família a partir do século XX e início do século XXI, ela ainda se constitui como base de formação do indivíduo para viver em sociedade. É na família que as relações e os vínculos de pertencimento nascem e se fortalecem.

---

<sup>4</sup> Institui o Código Civil Brasileiro – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002

Subtítulo I:

Do casamento

**Art. 1.567.** A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

**Parágrafo único.** Havendo divergência, qualquer dos cônjuges poderá recorrer ao juiz, que decidirá tendo em consideração aqueles interesses.

**Art. 1.568.** Os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento da família e a educação dos filhos, qualquer que seja o regime patrimonial.



Neste contexto, Gueiros (2002) afirma que conhecer a família da qual se fala e para a qual muitas vezes se dirige a prática profissional é muito importante. Para o autor também é imprescindível compreender como se dá sua inserção social e o papel que a ela está sendo atualmente destinado. Da mesma forma, é importante que ocorra a mobilização de recursos da esfera pública visando implementar políticas públicas de caráter universalista que assegurem proteção social. Contudo, o fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições para promover a sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais (acesso à educação, à saúde, à justiça e ao trabalho) e contem com a possibilidade de elevar o nível de qualidade de vida, aspectos estes essenciais à construção da cidadania.

A abordagem dos próximos tópicos será destinada a estabelecer uma comparação da educação dada aos filhos no decorrer do século XX e início do século XXI, e de que forma, nos dias atuais, a mesma está sendo oferecida a estes nos diversos contextos econômicos.

### **2.1.1 Educação dos filhos: uma abordagem do século XX e início do século XXI**

Falar sobre família é falar sobre o núcleo onde geralmente o indivíduo nasce, recebe educação e cuidados e é inserido em sociedade.

Novos direitos e deveres surgiram nas últimas décadas, não só os exercidos pelos seus membros, mas pelo próprio Estado e a sociedade como um todo. A legislação tem buscado dar suporte e atendimento à família, pois ela é a base para a economia, a política, a religião, além da procriação.

Sendo assim, é importante que todas as instituições da sociedade respeitem e apoiem os esforços dos pais e dos demais responsáveis em cuidar e educar a criança num ambiente familiar propício para o seu desenvolvimento.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo

de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.97)

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 4º, fundamentando-se na Carta Magna reza que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Esses dispositivos da lei reforçam a ideia de que a situação de bem-estar das crianças e dos adolescentes encontra-se diretamente relacionada à possibilidade de manterem um vínculo familiar estável.

É na família que as crianças encontram o espaço onde lhes são garantidos os direitos como a sobrevivência, o desenvolvimento e a proteção, e de onde absorvem os valores éticos e humanitários.

A seguir, com base em estudo realizado por Biasoli-Alves (2012), serão apresentadas as mudanças na família ao longo do século XX que repercutiram na educação dos filhos.

Segundo a autora, nas primeiras décadas do século passado, as famílias eram numerosas; viviam em casas espaçosas e tinham muitos filhos que aproveitavam o espaço para criar oportunidades diversas e exercitarem atividades lúdicas; havia pouca diferença de idade entre eles. O mundo da criança era completamente diferenciado daquele dos adultos, sendo que estes eram respeitados e obedecidos pelos mais jovens. A disciplina era essencial e pouca afetividade era demonstrada às crianças.

A educação dada aos filhos era embasada na Moralidade Religiosa

[...] nas décadas iniciais do século XX, tanto as crenças quanto as atitudes relativas à educação e à criação de filhos vinham essencialmente da religião e do sistema em que as mães haviam sido criadas, numa moralidade dita religiosa. (BIASOLI-ALVES, 2012, p.37).

A criança oriunda da classe média tinha em seu cotidiano brincadeiras diferenciadas; já a que pertencia à camada popular, além das atividades lúdicas, onde os mesmos construía os seus brinquedos, precisava trabalhar

fora de casa com os adultos, atividade geralmente dirigida aos meninos (BIASOLI-ALVES, 2012).

Segundo a autora, para as meninas, o caminho a seguir era o determinado pela mãe e estava relacionado com o cuidado do lar; o preparo para o casamento por meio do ensinamento da culinária, de bordados e outras atividades peculiares ao cuidado da casa. Estas orientações eram dadas tanto à população de baixa renda quanto à de classe média alta.

Os valores morais e éticos eram transmitidos pela família e seguidos rigorosamente, entre eles o cumprimento das normas de convivência; o extremo respeito aos mais velhos; além de uma educação voltada para o trabalho fora de casa, direcionada para os homens, independente da classe social.

Entre o final da década de 1920 e os anos de 1940, as mudanças nas famílias se acentuaram gradativamente: elas continuaram extensas inclusive na classe média; a mãe era cuidadosa, mas atuava com rigor para controlar o comportamento dos filhos; as famílias saem juntas para atividades de lazer, religiosas e sociais. Para Biasoli-Alves (2012), a preocupação com a criança se concentrava em dar-lhe boa alimentação, cuidar da sua saúde, da roupa. A punição para os filhos por desobediência, mau comportamento ou falta de respeito, era muito severa neste período.

Já nas décadas de 50 e 60, Biasoli-Alves e Moreira (2012, p. 37) afirmam que:

apesar do crescimento das cidades, do aumento na mobilidade das famílias e do surgimento da televisão, o controle do comportamento da criança continuou sendo importante, porém com menos punição. O modelo de educação da época comportava tanto a exigência quanto a afetividade, complementadas por pouca explicação, independência e expressão de oposição ou desagrado aos adultos.

Ainda na década de 1960 começam a aparecer outras referências para educar os filhos, entre eles a Pediatria, surgindo a Moralidade Médico-Higienista.

[...] a *moralidade higienista*, que busca não mais a alma pura, mas a sobrevivência e um corpo sadio, aliado a um caráter

igualmente são; as crianças de agora serão submetidas a um treinamento intensivo para que, através da regularidade de hábitos e total ausência de satisfação de suas “vontades”, venham a ser autodisciplinadas; portanto, a criança ideal ainda é aquela que segue rigorosamente as regras que o mundo adulto impõe, não levanta a voz para questionar as ordens que recebe, é limpa, correta e rigidamente preparada, sendo intoleráveis quaisquer desvios de conduta. (NEWSON; NEWSON, 1974, apud BIASOLI-ALVES, 2012, p.24).

O controle sobre a educação dos filhos continuou sendo essencial, ainda que se inicie, a partir deste período, o questionamento sobre a punição rigorosa que vinha sendo dada às crianças nas décadas anteriores.

Nas últimas três décadas do século XX a prática da educação no Brasil passou por mudanças mais acentuadas, como afirma Biasoli-Alves (2012, p. 28):

Há valores e contravalores nos anos 1970/1990: o questionamento da rigidez, da autoridade e da exigência do adulto; a preocupação de preparar a criança para um “vir a ser”, traduzida na colocação dela em diferentes tipos de escola, e cada vez mais cedo; e o debate sobre o papel da mulher constantemente presente, demarcando posições e fazendo exigências individuais.

Num breve resumo sobre as famílias nos anos de 1970, embasado em Arriagada (2000), percebe-se que: as mudanças nas famílias latino-americanas apontam para o decréscimo das taxas de natalidade durante tal década, assinalando que as funções de cuidado e de socialização inicial dos filhos são compartilhadas cada vez mais com outros agentes sociais como a escola, outras pessoas da família, e não familiares, havendo novas relações entre pais e filhos, com o aumento dos direitos dos filhos e perda da relevância das relações de hierarquia e de submissão.

Assim, nos anos finais do século XX percebe-se o avanço de grandes mudanças na educação dada aos filhos: a autoridade dos pais passa a ser questionada, na medida em que não possibilita a liberdade de expressão dos filhos, assim como, o respeito, às normas, práticas e atitudes vistas como tradicionais à época; severas críticas com relação à punição dada às crianças durante as décadas deste século; a exigência de uma educação rígida que obrigava o indivíduo a aceitar os valores morais da família e da sociedade cede espaço para o individualismo; a contestação das regras e normas que

estabeleciam o certo e o errado caminha para a ausência do que é permitido ou não para as crianças e os jovens; a figura paterna, que antes estava fora da dinâmica do lar, passa a ser requisitada, fazendo dele um amigo próximo aos filhos; e o incentivo para “dizer sempre tudo”, e “expressar-se” dita a educação nos últimos anos do século XX.

Partindo destas mudanças, a educação dada aos filhos entrou no século XXI oferecendo maior liberdade de expressão aos mesmos, levando os pais a buscarem profissionais como psicólogos, pedagogos, entre outros, para resolverem suas dúvidas e oferecerem orientações de como educar e lidar com todas estas transformações que cederam espaço para o individualismo por meio da globalização.

Sobre essa situação, Dias-da-Silva (2008, p.55) afirma que:

Os pais atualmente apresentam uma grande insegurança quanto ao que fazer, o que pode advir do fato de as mães não terem tido a oportunidade de aprender com os mais velhos, ou porque passaram a questionar a maneira como foram educadas, e, ao escapar da sabedoria popular que orientava as gerações anteriores nos cuidados com os filhos, as mães atuais norteiam-se por um ideário mais científico, seguindo orientações de especialistas e de manuais, visando a garantir sua boa maternidade.

Caldana (1998) aponta a emergência de dificuldades sentidas pelos pais na educação dos filhos como estabelecimento de limites às suas vontades e os excessos da sociedade de consumo; de outro lado, a educação oferecida à criança hoje a coloca numa posição privilegiada perante o adulto, que está preocupado em respeitar sua individualidade, fazê-la feliz, mantendo pouca distância entre ambos.

Corroborando com esta realidade, Moreira (2012, p. 201) destaca que

Os limites não são, hoje, claramente identificáveis por ninguém. Por um lado, isso é positivo, pois mostra que temos ou queremos ter horizontes mais vastos e flexíveis que nossos antepassados. Mas, por outro, pode traduzir uma crise de valores cujo preço pagamos e, o que é mais grave, fazemos a geração mais nova pagar. Também o “eterno presente”, a desvalorização do passado, caracteriza-se por ser um dos principais fenômenos responsáveis pelo desvanecimento dos demais limites.

São os novos tempos em que a família mescla disciplina, limite, e incentiva a autonomia dos filhos, com o propósito de torná-los capazes de atuarem numa sociedade individualista e em constante mudança.

Os pais e as mães possuem determinados valores que querem ver desenvolvidos em seus filhos. Esses valores embasam suas metas educativas. Para verem estas realizadas nos filhos, eles utilizam determinadas práticas (ou estratégias) de socialização, as quais compõem seu estilo educativo. Portanto, na maioria das vezes, a maneira como os pais e mães agem com os filhos não é simplesmente improvisada. (BEM; WAGNER, 2006, p.65-66).

Apesar da diversidade na constituição familiar, a educação dada aos filhos persiste na busca pelo bem estar dos mesmos; na transmissão de valores; na orientação para que obtenham projeção social e independência econômica; inserção no mercado de trabalho; no estabelecimento de limites – muitas vezes acompanhados de profissionais específicos para estas orientações, numa sociedade que a cada dia exige mais dos seus membros.

O tópico seguinte aborda a educação dada aos filhos nos mais variados contextos socioeconômicos. A classificação das camadas sociais é baseada no censo do IBGE de 2010.

### **2.1.2 Educação de filhos em contextos socioeconômicos diversos**

Relatar sobre os exames supletivos e os diversos contextos socioeconômicos que pais e filhos vivem, perpassa por descrever, primeiramente, a educação que é dada a estes nas suas famílias.

O processo de educação e socialização da criança e do jovem na família sejam eles pertencentes às classes A, B, C, D ou E<sup>5</sup>, tem sido foco de estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

---

<sup>5</sup> Sobre classes sociais: milhões de brasileiros migraram para as classes A, B e C. De acordo com o Ministério da Fazenda, até o ano da Copa do Mundo, em 2014, o Brasil teve 56% de sua população inserida na classe C. Isso demonstra um avanço econômico em nosso País, principalmente, no desenvolvimento social. A sociedade é dividida em setores que, do ponto de vista econômico, são separados segundo a renda recebida. Essas camadas são chamadas de classes sociais.

Classe social é uma expressão bastante estudada, uma vez que é ouvida repetidamente no meio sociológico, mas não há um consenso sobre sua definição e, assim, torna-se bastante relativo. Embora seja de origem sociológica, “classe social” é uma expressão forte na economia, sendo que está aplicada a um conceito econômico, em que se subdivide a sociedade de acordo com a renda.

No processo educativo, os valores transmitidos pelos pais são primordiais para orientarem a criança ou o jovem. Servem como guias e interferem diretamente no comportamento deles, inclusive para atingir as metas estabelecidas pela família nas diversas classes sociais.

Conforme Caballos e Rodrigo (2006), os valores constituem-se em verdadeiras metas que os progenitores perseguem para seus filhos.

Sendo assim, cada família, independente da classe social, transmitirá aos seus membros, por meio das gerações, os seus valores e metas. Estes configuram o que cada uma delas almeja para seus filhos dentro da sua realidade social e econômica.

Segundo Bem e Wagner (2006), os pobres urbanos mostram que nessas famílias ainda prevalecem os valores tradicionais e padrões patriarcais de hierarquia, reafirmando a autoridade masculina.

Conforme as autoras:

Esta tendência das famílias de menor nível socioeconômico-cultural de valorizar mais a conformidade pode ser decorrente da sua adesão do senso comum construído de que o pobre é um necessitado, portanto deve obedecer e respeitar as hierarquias e aceitar as situações que lhes são impostas. (BEM; WAGNER, 2006, p. 67)

Ao estudar famílias em situação de pobreza, Sarti (2003, p. 69) afirma que:

Estas famílias aderem a um código moral distinto daquele que norteia a lógica do mercado, vigente na sociedade capitalista, criando outras referências positivas para quem é visto pela sociedade mais ampla como destituído. Assim, o trabalho e a família constituem as referências básicas através das quais os pobres constroem uma identidade social positiva.

O século XXI é marcado como a era da globalização. Busca-se por uma igualdade entre as classes sociais, mas ainda são perceptíveis certas peculiaridades na transmissão de valores e na educação dada aos filhos nas famílias de baixa renda.

É necessário neste tópico fazer uma retrospectiva da educação oferecida às crianças e os jovens, partindo do século XX.

Arriagada (2000, p.7) constata que:

importantes mudanças demográficas, particularmente o decréscimo das taxas de natalidade durante os anos 70. Além disso, as funções de cuidado e de socialização inicial dos filhos são compartilhadas cada vez mais com outros agentes sociais como a escola, a instituição de educação infantil, outras pessoas da família e não familiares, o que ocorre segundo as possibilidades econômicas e a presença ou não de famílias extensas.

Sendo assim, a educação oferecida aos filhos parte da formação da família em suas várias configurações e vínculos estabelecidos por estas com outras instituições e pessoas não pertencentes à família.

O pertencer a determinada classe social implica em diferenças econômicas; na forma de educar e cuidar da prole; de frequentar lugares; na qualidade da escolaridade; na competição profissional; na independência pessoal; entre outros fatores implícitos no viver em sociedade.

Embora diferenças de gênero persistam, nas diferentes classes sociais as meninas hoje são educadas, assim como os meninos, para competir e buscar crescimento profissional; para acreditar em suas capacidades e lutar pelo sucesso pessoal - inicialmente na escola e, posteriormente, no mercado de trabalho - e para valorizar a sua independência.

Em contrapartida, Hoffnung (1995, p.154) assinala que:

Ao mesmo tempo, diferentes discursos sociais continuam a reforçar seu papel na família como esposas e, principalmente, como mães. Sua socialização inicial continua a encorajar o desenvolvimento de características essenciais para seu papel na família – o que pode ser visto, inclusive, na permanência de certas brincadeiras femininas, como a brincadeira de casinha, entre outras como é o caso de desenvolvimento de um sentido de interdependência com relação às pessoas e que torna a atividade de cuidar das necessidades dos outros quase que vital para seu bem-estar. Parece, assim, que a noção em vigor no século XIX de que “o lugar de mulher é em casa” persiste, apenas tendo sido alterada para “o lugar *essencial* da mulher é em sua casa”.

Mas, de maneira geral, é perceptível em todas as camadas sociais que, a orientação dada aos jovens, independente do gênero, é para que busquem a sua independência financeira por meio dos estudos, e possam a partir daí, conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho seguindo a profissão escolhida.



Para muitas famílias da camada popular, as gerações vivem juntas, e muitas vezes, sob o mesmo teto. Um ajuda ao outro a sobreviver diante das dificuldades enfrentadas no dia a dia como falta de emprego, de escolaridade, a ausência dos pais, a falta de um lar. A solidariedade é muito comum entre eles, e é vista como uma forma de sobreviverem às demandas da sociedade.

Sobre esta questão, Sarti afirma:

A família para os pobres associa-se àqueles em que se pode confiar [...]. Como não há *status* ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos, fazendo com que as relações de afeto se desenvolvam dentro da dinâmica das relações. (SARTI, 1996, p.7).

Em contrapartida, para Moreira (2012) há questões que angustiam os pais e mães nas últimas décadas e que os levam, com frequência, aos especialistas em busca de orientação ou mesmo de uma terapia, numa indagação constante sobre: “Estou agindo certo com os meus filhos? A educação que eles estão tendo vai prepará-los para o que irão enfrentar mais tarde? Esse comportamento é ou não um problema e de consequências sérias para a vida futura?”. Estes questionamentos estão relacionados à classe média alta, que possui poder aquisitivo para conduzir os filhos a consultórios em que profissionais especializados compartilham com os mesmos suas angústias com relação a como educar estes jovens numa sociedade tão dinâmica, com informações velozes e que cada vez mais são exigidos planos para o seu futuro.

O jovem da classe média alta costuma contar com boas escolas; cursos paralelos, geralmente de língua estrangeira; viaja por intercâmbio para outros países; e tem a ajuda de profissionais e avós para substituírem os pais em vários momentos da sua rotina, ainda que estes estejam separados.

Mesmo vivendo esta realidade, o jovem pode não estar integrado ao ambiente social compatível com a sua posição econômica. Fatores internos e externos podem afetar o seu desenvolvimento biopsicossocial, os seus valores, a ética familiar transmitida durante a sua formação, e este, não atender aos anseios da família.

Em outra vertente, o jovem de população de baixa renda vive em redes de ajuda em que diversas pessoas, ainda que não tenham laços consanguíneos com o mesmo, mas sim vínculos por convivência, costumam ajudá-lo em sua criação.

Segundo Pierron (2009, p.16), “a poética do vínculo formula em imagens as solidariedades de querer-viver junto mais forte e mais profundo do que o que organiza as regras internas do saber-viver doméstico”.

Nesse caso, a busca pela educação na classe popular tem como objetivo maior o ingresso no mercado de trabalho para prover o lar, ou contribuir com os gastos necessários à sobrevivência do grupo familiar, mesmo possuindo redes de apoio.

Entretanto, é necessário esclarecer que tanto o jovem de classes mais abastadas quanto aquele oriundo da camada popular têm nos estudos o objetivo de ascender socialmente e poder exercer uma profissão que atenda à demanda da família e de uma sociedade em movimento constante, e que, a cada dia exige mais conhecimento e atuação profissional qualificada.

Para entender melhor o perfil destes jovens diante do contexto em que vivem com as suas famílias ou redes de apoio, e suas perspectivas de vida, é preciso conhecer um pouco sobre o seu meio social, suas características pessoais e demandas do tempo atual. O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, elaborado por Urie Bronfenbrenner, foi escolhido para embasar estas questões, pois aborda a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo, constituindo o modelo PPCT.

## 2.2 ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A partir do século XIX, a Psicologia vem se posicionando como uma das ciências mais respeitadas e utilizadas no estudo sobre a mente humana e o seu comportamento.

Segundo Davidoff (2001, p.6):

A palavra “Psicologia”, que se deriva da junção de duas palavras gregas *psyché* e *logos* -, significa “estudo da mente ou da alma”. Hoje, a Psicologia é geralmente definida como a ciência que se concentra no comportamento e nos processos mentais - de todos os animais.

Para se firmar como ciência, a Psicologia vem se transformando para atender às subjetividades da mente humana com base em pesquisas de vários estudiosos e escolas voltadas para questões sobre o tema.

A evolução da história do pensamento psicológico teve origem com Charlie Darwin<sup>6</sup>, em 1850, nos seus estudos e pesquisas com seres vivos. Mas, textos encontrados revelam que a preocupação em desvendar a mente humana vem de tempos bem remotos.

De acordo com Schultz e Schultz (2001, p.1):

a Psicologia é uma das disciplinas acadêmicas mais antigas e, ao mesmo tempo, uma das mais modernas. As pesquisas sobre a natureza e o comportamento remontam ao século V a.C., quando os filósofos gregos, como Platão e Aristóteles, empenhavam-se para resolver muitos dos problemas de interesses dos psicólogos até hoje, questões estas abordadas, geralmente, no curso de introdução à psicologia, tais como a memória, a aprendizagem, a motivação, o pensamento, a percepção e o comportamento anormal.

Até o final do século XIX, os filósofos eram os únicos estudiosos da natureza humana. A partir do momento em que começaram a utilizar e relacionar métodos de outras ciências, como as físicas e biológicas às questões da natureza humana, é que os pesquisadores voltaram a atenção para a observação e experimentação do estudo da mente humana. Nesse contexto, a Psicologia passou a distinguir-se da Filosofia.

Sobre o surgimento da Psicologia como ciência, Schultz e Schultz (2001, p.2) afirmam:

O ponto de partida mais adequado para o estudo da história da Psicologia, a fim de compreender os temas complexos que definem e dividem o campo atual, é o século XIX, período em que a disciplina tornou-se independente e passou a adotar métodos distintos de investigação e de raciocínio teórico. Apesar de ser verdadeira a afirmação de que filósofos como Platão e Aristóteles preocupavam-se com problemas até hoje de interesse geral, as suas abordagens dessas questões eram totalmente diferentes das dos psicólogos atuais. Esses filósofos não podem ser considerados *psicólogos* no sentido atual da palavra.

---

<sup>6</sup> Charles Darwin (1809-1882) naturalista inglês e criador da Teoria da Evolução Natural. Segundo essa teoria, as espécies evoluíram por meio de sucessivas gerações, prevalecendo a mais forte. Darwin escreveu o livro "A Origem das Espécies" que foi publicado em 1859.

Em sua afirmação como ciência, a psicologia partiu do século XIX e chegou ao século XXI trazendo várias abordagens com contribuições significativas para o estudo do desenvolvimento humano e da sua mente: Estruturalismo, Funcionalismo, a Psicologia da Gestalt, Psicanálise, Behaviorismo; e as Psicologias: Humanista, Cognitiva, Evolucionista e Positivista, entre outras.

Cabe destacar que, para o conhecimento do comportamento humano, é necessário considerar contexto em que o indivíduo está inserido; as influências deste meio em seu desenvolvimento; e a interferência de fatores externos e internos para que o indivíduo cresça num ambiente que lhe proporcione uma vida equilibrada.

A partir desta fundamentação, que contempla o desenvolvimento da psicologia como ciência, o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano foi escolhido para discutir o perfil dos jovens que procuram os exames supletivos e o das suas famílias. Tal escolha se justifica pelo fato de Bronfenbrenner (1996) considerar que o desenvolvimento humano é um processo contínuo e que deve ser entendido como uma mudança no modo pelo qual uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente.

A teoria situa o desenvolvimento do indivíduo dentro de uma visão ecológica, por meio de uma rede de interações entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente em que vive; busca a compreensão dialética do ser humano como um ser social, contextualizado, que transforma e é transformado pelos ambientes em que participa direta ou indiretamente.

O estudo de Bronfenbrenner<sup>7</sup> apresenta duas fases distintas: a primeira destaca o papel do ambiente no processo de desenvolvimento humano e culmina com a publicação do livro *Ecology of Human Development*, em 1979, e a segunda, vem acrescentar novos conceitos à primeira, que

---

<sup>7</sup> Bronfenbrenner nasceu em 1917, na cidade de Moscou, na Rússia. Aos seis anos de idade mudou-se com a família para os Estados Unidos. O seu pai trabalhava como neuropatologista em uma Instituição Estadual que cuidava de pessoas com problemas mentais. Cresceu nesta Instituição e vivenciou experiências que influenciaram a sua concepção ecológica desenvolvida posteriormente, principalmente quanto aos aspectos biológicos e sociais. Na década de 1960, engajou-se em lutas ligadas à questão do desenvolvimento humano, por acreditar que as políticas públicas afetavam o bem-estar e desenvolvimento dos seres humanos.

destaca o papel do ambiente no processo de desenvolvimento humano, assim como a relevância das características individuais de cada pessoa.

Num breve resumo sobre a Teoria de Bronfenbrenner, Tudge (2012) afirma que as influências contextuais no desenvolvimento do indivíduo podem ser vistas sobre vários aspectos, tendo ele acrescentado em 1979, as palavras “ecologia” ou “ecológico” para ressaltar a interdependência indivíduo/contexto.

A ênfase aos aspectos do contexto, em detrimento dos aspectos da pessoa foi a principal crítica que o próprio autor fez aos seus estudos sobre o desenvolvimento humano. Assim, a partir da revisão desta primeira fase, houve a inclusão de novos elementos e interações mais dinâmicas entre os processos psicológicos e as ações humanas, sendo construído o modelo Processo, Pessoa, Contexto, Tempo (PPCT).

Nas décadas posteriores, durante as quais Bronfenbrenner ampliou a abordagem, a teoria tornou-se associada ao que ele determinou o “modelo PPCT” do desenvolvimento. Esse modelo requer que os pesquisadores considerem as inter-relações entre conceitos-chaves: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo. (TUDGE, 2012, p.214)

Os elementos do modelo PPCT são apresentados a seguir, conforme descrição de Narvaz e Koller (2004):

1. Processo – passou a ser o constructo fundamental do novo modelo, tendo destaque a ênfase nos *processos proximais* – formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente que operam ao longo do tempo e são “os principais motores do desenvolvimento” (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998, p.996).
2. Pessoa - corresponde tanto às características determinadas biopsicologicamente quanto àquelas características que foram constituídas na interação com o ambiente. O autor estabeleceu três grupos de características que foram construídas na interação da pessoa com o ambiente: Força - descreve elementos que colocam os processos proximais em movimento e os sustentam; Recursos biopsicológicos – envolvem experiências, habilidades e conhecimentos necessários ao efetivo funcionamento dos processos proximais ao longo dos diferentes estágios de desenvolvimento; e Demandas – aspectos que estimulam ou desencorajam as reações do ambiente social, favorecendo ou não o estabelecimento dos processos proximais;
3. Contexto - é a reunião de quatro níveis ambientais onde o indivíduo está inserido: microssistema - contexto no qual há um padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais pela pessoa em desenvolvimento; mesossistema - é o conjunto

de microsistemas que uma pessoa frequenta como um participante ativo, mas que desempenham uma influência indireta sobre o seu desenvolvimento; exossistema - envolve os ambientes em que a pessoa não frequenta como um participante ativo, mas que desempenha influência indireta sobre o seu desenvolvimento; e macrossistema, composto pelo conjunto de ideologias, valores e crenças, religiões, formas de governo, culturas e subculturas presentes no cotidiano das pessoas que influenciaram o seu desenvolvimento;

4. Tempo - permite examinar a influência sobre o desenvolvimento humano de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo da vida: microtempo - continuidade e a descontinuidade observada dentro de pequenos episódios dos processos proximais; mesotempo - refere-se à periodicidade dos episódios de processo proximal através de intervalos maiores de tempo como dias e semanas, sendo que os efeitos cumulativos destes processos podem produzir resultados significativos no desenvolvimento humano; e macrotempo - abarca as expectativas e os eventos em mudança dentro da sociedade através de gerações, bem como a forma como estes eventos afetam e são afetados pelos processos e resultados do desenvolvimento humano dentro do ciclo de vida.

Com base nos estudos de Urie Bronfenbrenner, este tópico pretende relacionar a sua abordagem aos contextos socioeconômicos de pais e filhos das classes popular e média alta e suas motivações ao procurarem os exames supletivos.

É interessante traçar o perfil dos candidatos e das suas famílias como pessoas, com características individuais; o contexto ao qual estão inseridos e os que participam direta ou indiretamente do seu processo de desenvolvimento como ser humano; além do tempo histórico de cada um nesta dinâmica.

O modelo bioecológico, juntamente com seus respectivos delineamentos de pesquisa, é uma evolução do sistema teórico para o estudo científico do desenvolvimento humano ao longo do tempo. Dentro da teoria Bioecológica, o desenvolvimento é definido como o *fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo de vida humano por meio das sucessivas gerações e ao longo do tempo histórico, tanto passado quanto presente.* (BRONFENBRENNER, 2011, p.43)

A análise do perfil das classes sociais aqui citadas permitirá conhecer as motivações que levam estas pessoas a recorrer aos exames supletivos;

suas expectativas com relação aos mesmos; sobre o futuro; o tipo de educação e as possibilidades que permeiam a vida de cada um.

Relevante citar as atribuições que possibilitam a coordenação pedagógica de uma CPA a obter informações por meio de avaliação diagnóstica, aplicada durante o ano letivo, no momento da inscrição ou marcação das provas para traçar o perfil dos candidatos que a procuram. Com base na Legislação – Portaria SEC Nº 12.235, de 30 de novembro e 1º de dezembro de 2002, as atribuições de um(a) coordenador(a) pedagógico(a) são:

coordenar o fluxo de atendimento no setor, incluindo inscrição/marcação dos candidatos; organizar juntamente com os professores os procedimentos de elaboração, digitação, revisão, formatação final, duplicação, organização, aplicação, correção e divulgação dos exames mensalmente; sistematizar as informações levantadas na sondagem aplicada ao candidato no ato da inscrição; planejar e coordenar as reuniões das Atividades Complementares – AC e as reuniões mensais para avaliação dos resultados mensais; definir conjuntamente com os professores novos procedimentos para a melhoria da qualidade dos exames e seus resultados; atualizar-se, continuamente sobre a legislação da Educação de Jovens e Adultos; manter o fluxo de informações sobre a oferta de cursos na EJA para orientar os candidatos antes e depois dos resultados das sondagens e exames; avaliar junto à direção da unidade escolar a atuação dos professores da CPA; encaminhar para os setores competentes da SEC os instrumentos preenchidos com as informações mensais dos exames, em tempo hábil; e zelar pela qualidade, rigor à legislação, sigilo e credibilidade da CPA.

Com base na prática diária, estas atribuições levam a traçar o perfil do candidato pertencente às camadas populares: geralmente, é afrodescendente; com baixa escolaridade e sem oportunidade de crescer socialmente devido aos fatores internos e externos que interferem efetivamente no contexto em que vive. Foi ou é criado por parentes ou avós, e na maioria, pelos próprios pais; além disso é afetado pelas dificuldades econômicas enfrentadas no dia a dia.

Já o candidato pertencente às classes mais abastadas, vive em contexto oposto. Ele e a sua família possuem *status* na sociedade e procuram mantê-lo.

Nesse sentido,

o desenvolvimento social não se aplica apenas ao indivíduo, mas também à organização social da qual ele faz parte. Variações ocorrem não somente no *status* social de

determinada pessoa dentro de um grupo, mas também na estrutura de seu grupo, ou seja, na frequência, intensidade, ritmo e base das inter-relações que mantêm o grupo coeso, mas distinto dos demais. O *status* e a estrutura social são propriedades interdependentes, mas a devida atenção deve ser dada a essas duas variáveis, para que o processo de desenvolvimento social seja compreendido. (BRONFENBRENNER, 2011, p.55)

Estes candidatos vivem em contextos diversos, mas o crescimento social e econômico daquele pertencente à camada popular não é inviável, pois cada um pode criar as suas oportunidades dentro de um sistema oposto às suas pretensões. Da mesma forma, pode acontecer com aquele proveniente da classe econômica favorecida, que pelo fato de possuir tudo o que uma boa condição financeira pode oferecer, pode não querer usufruir de tais benefícios.

Segundo Bronfenbrenner (2005), o *status* e a estrutura social são interdependentes, mas a atenção deve ser oferecida a essas duas variáveis se o processo de desenvolvimento social precisa ser devidamente compreendido.

Assim sendo, é preciso realizar estudos e pesquisas voltadas para conhecer e analisar estes dois contextos, em que candidatos pertencentes às camadas popular e média alta juntamente com os seus pais e as suas famílias procuram pelos exames supletivos nas Unidades Escolares que possuem uma Comissão Permanente de Avaliação.

[...] Hoje, estamos começando a ver as complementaridades entre os aspectos afetivos, intelectuais e sociais dos processos do desenvolvimento. Semelhantemente, constatamos as complementaridades do que é a família, a sala de aula e o local de trabalho e a relação que deve existir entre esses contextos se cada um é o sustento e o reforço do desenvolvimento dos seres humanos. [...] (BRONFENBRENNER, 2011, p.99)

Sabendo que aquele que tem maior poder econômico tem a vantagem em relação ao candidato pertencente à classe popular, devido ao fato de poder arcar com os custos de uma ação judicial (liminar)<sup>8</sup> que o permite realizar as

---

<sup>8</sup> É uma ordem judicial que tem como escopo resguardar direitos alegados pela parte antes da discussão do mérito da causa. Para concessão do mérito da causa. Para a concessão de liminar é necessário estar demonstrado o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, ou seja, deve estar demonstrado que a demora na decisão poderá acarretar eventuais danos ao direito pretendido, bem como a presença aparente de uma situação que ainda não foi inteiramente



provas em tempo hábil; obter o resultado; e, se aprovado, ingressar numa faculdade, comprovando o seu *status* na sociedade. Todo este processo acontece no prazo de uma semana e meia, ou em muitos casos, em apenas dois ou três dias conforme determinar o Juiz à unidade escolar.

Diante deste contexto, a Bioecologia do Desenvolvimento Humano é base para entender as motivações e contextos familiares destas duas classes sociais, na medida em que possibilita a compreensão do processo de desenvolvimento de cada indivíduo, pertencente a classes sociais distintas e suas histórias de vida.

### 2.3 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Nº 9.394/96)

A Constituição Federal de 1988 determina que “a educação, direito de todos e dever da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art.205).

Com base nos princípios e fins constitucionais, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN) Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. De acordo com esta Lei, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (art.1º). Entretanto, é bom atentar para o fato de que a LDBEN disciplina apenas “a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias” (art.1º §1º).

A referida Lei rege a educação brasileira e estabelece a estrutura e funcionamento de ensino da nossa educação no que tange: a educação infantil – o atendimento às crianças de zero a cinco anos em creches ou pré-escolas; o ensino fundamental (com duração mínima de nove anos), obrigatório e gratuito na escola pública, tem como objetivo a formação básica do cidadão; o ensino

---

comprovada. Para a sua concessão, em alguns casos, o juiz exige a prestação de caução da parte requerente.

Fundamentação: Artigos 804; 926 a 931; 933; 937; e 1.071 do Código Processo Civil.

médio, etapa final da educação básica (com duração mínima de três anos, conforme o curso); e a educação superior, em todo o território nacional.

Com relação ao dever do Estado para com a educação, a lei determina que este deva assegurar o “ensino fundamental, obrigatório e gratuito”, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria - como os jovens e adultos excluídos da escola por diversos fatores sociais e econômicos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Segundo Costa e Messeder (2010, p.214)

a consciência do direito à educação cresce na população jovem e adulta excluída do sistema escolar, e faz com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a eles destinadas. Quem são esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam?

É preciso um olhar mais crítico da sociedade e do atual contexto educacional para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no sentido de fazer valer as políticas públicas destinadas a estes jovens e adultos no seu convívio social e econômico, além de priorizar as suas competências e habilidades na dinâmica escolar para permitir o ingresso destes não só no mercado de trabalho, mas como cidadãos numa sociedade em constantes transformações.

A Lei também estabelece progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio em todo território nacional.

Com relação ao atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais, a Lei acompanha a nova dinâmica da educação brasileira.

Para os portadores de alguma necessidade especial, a LDBEN incluiu e programou Leis para garantir o acesso à educação a estas pessoas, entre elas temos: Lei Nº 8069/90 - Estatuto da Criança e dos Adolescentes – Educação Especial; Lei Nº 10.098/94 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei Nº 10.436/02 – Dispõe sobre a

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; Lei Nº 7.853/89 – CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiência; Lei Nº 8.859/94 – Modifica dispositivo da Lei Nº 6.494, de 07/02/1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágios.

Partindo dos pressupostos da LDBEN/1996, a educação é um direito de todo cidadão brasileiro. A Lei, além de anunciar os princípios constitucionais, ampliou-os, incorporando o respeito à liberdade e o apreço à tolerância, principalmente com relação ao “diferente” – os portadores de necessidades especiais; a coexistência das instituições públicas e privadas de ensino; a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar e o trabalho e as práticas sociais.

Os princípios que regem a educação nacional, enunciados no texto constitucional devem ser ajustados, na sua aplicação, a situações reais, que envolvem: o funcionamento das redes escolares, a formação dos especialistas e docentes, as condições de matrícula, aproveitamento da aprendizagem e promoção de alunos, os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos para o desenvolvimento do ensino, a participação do poder público e da iniciativa particular no esforço educacional, superior administração dos sistemas de ensino, as peculiaridades que caracterizam a ação didática nas diversas regiões do país, etc. São esses ajustamentos, essas diretrizes nascidas das bases inscritas na Carta Magna, que constituem na matéria-prima de uma Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional. (SOUZA; SILVA, 2001, p.1)

A seguir será apresentado o embasamento legal da educação de jovens e adultos com ênfase na dinâmica em que são realizados os exames supletivos.

### **2.3.1 Educação de jovens e adultos e os exames supletivos**

#### **CERTEZA**

De tudo, ficam três coisas:  
 A certeza de que estamos sempre começando...  
 A certeza de que precisamos continuar...  
 A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...  
 Portanto, devemos:  
 Fazer da interrupção, um caminho novo...  
 Da queda, um passo de dança...  
 Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...  
Da procura, um encontro.  
(Fernando Sabino)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996 destina o capítulo II, Seção V, para a Educação de Jovens e Adultos, por se tratar de uma parcela da população que não teve acesso à escola por diversos motivos: distância entre a casa e a escola; trabalho para sustento do lar ou para complementar a renda familiar; estar fora da faixa etária para o ensino básico; manter as normas patriarcais, onde a mulher transitava somente como a cuidadora do lar; entre outros, que atingem a população de contexto socioeconômico baixo e dificultam o seu acesso à escola.

O texto da Lei estabelece:

Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Artigo 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Além da LDBEN/1996, os exames supletivos têm Referências Legais nos seguintes documentos: Legislação da CPA: Resolução CEE nº 138/201 de 28/12/2001; Portaria da SEC nº 12.235 de 30 de novembro e 1º de dezembro de 2002; Resolução CEE nº 138/2001 e CEE nº 069/2007 (inclusão das disciplinas Sociologia e Filosofia).

Estes exames são ofertados pela Comissão Permanente de Avaliação, que é uma instância educacional instalada e vinculada técnico, pedagógica e administrativamente a uma Unidade Escolar da rede estadual, autorizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), como instituição exclusiva para a realização de exames supletivos no ensino fundamental e médio, na modalidade de Educação de Jovens e adultos.

Existem no Estado da Bahia dezenove CPAs: quatro na capital e quinze municípios do interior têm uma CPA em cada um deles. Em Salvador, as quatro Unidades Escolares que possuem CPAs são: o Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – CEA, localizado nos Barris; o Colégio Estadual Governador Roberto Santos, em Narandiba; o Colégio Estadual Zilma Gomes Parente Barros, na Sam Martim e o Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes, na Calçada.

A Concepção da CPA, conforme o documento “Uma estratégia para a realização dos exames supletivos no Estado da Bahia: Comissões Permanentes de Avaliação – CPAs” – Alfabetização e Cidadania Nº 15 de janeiro de 2003, se dá de acordo com a definição abaixo:

Comissão - organização vinculada à escola, composta de uma coordenação e de professores das diversas áreas de conhecimento da educação básica, que atuam estabelecendo relações, discussões, análises e avaliação do fazer exames.

Permanente - rompimento com o eventual, o pontual, próprio dos exames de massa, para um contínuo que assume o sentido de cuidar e estimular o aluno/candidato a avançar no seu processo de escolaridade até conseguir concluir os seus estudos, garantindo o acesso aos exames durante o ano, em escolas da rede pública estadual.

Avaliação – não apenas entendida como aplicação pura e simples de provas, operando como uma mera verificação, mas articulada com outras ofertas de EJA, que foram sendo implantadas gradativamente, possibilitando a circulação entre os exames e essas ofertas, particularmente nas escolas onde estão implantadas as CPAs.

O objetivo maior de uma Comissão Permanente de Avaliação é oportunizar o acesso à certificação nos ensinos fundamental e médio, reconhecendo os saberes produzidos fora da escolarização formal ou descontinuados, em diferentes experiências de vida e de trabalho dos jovens e adultos.

Uma CPA funciona nos três turnos, durante o ano letivo, exceto no mês de férias coletivas dos professores. Cada unidade escolar deve oferecer as vagas para a inscrição/marcação destes exames de acordo com a sua estrutura física, a fim de atender a demanda dos candidatos que a procuram a cada mês.

Anteriormente, dezenas de pessoas buscavam uma senha para atendimento nas unidades, muitas chegavam na noite anterior ao dia de marcação para não perderem a oportunidade de realizar as provas; as filas eram enormes. Mas, a partir de março de 2014, esta inscrição/marcação passou a acontecer por meio de agendamento no site da SEC, possibilitando maior conforto no atendimento destes candidatos nas escolas que possuem uma CPA.

As datas são estabelecidas pelo calendário oficial da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, divulgado no início do ano letivo. A unidade escolar que acolhe uma CPA deve, ainda, ofertar cursos de Educação de Jovens e Adultos.

A Rede Estadual de Ensino possui duas modalidades na EJA: Tempo de Aprender I (5º ao 9º ano – Ensino Fundamental) e Tempo de Aprender II (1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio); Eixo Formativo I (2º ao 5º ano) dividido em Eixo I (2º ano), Eixo II (3º e 4º ano) e Eixo III (5º ano); Tempo Formativo II (6º ao 9º ano), dividido em Eixo IV (6º e 7º ano) e Eixo V (8º e 9º ano) e Tempo Formativo III (Áreas I, II e III) agrupadas em três Áreas do conhecimento – Ensino Médio.

No momento da Inscrição, quando o candidato/aluno faz o cadastro na Unidade Escolar, deve apresentar os documentos exigidos por meio da Resolução CEE Nº138/2001: RG atualizado, ou Carteira de Trabalho, ou Carteira de Habilitação na validade, ou Carteira de Reservista para os homens, com xerox; duas fotos 3X4; e Histórico Escolar para regularizar a situação pendente no nível de ensino desejado, ou optar por realizar todas as provas com o objetivo de concluir os estudos nos níveis: fundamental ou médio, além de obter orientações com relação aos procedimentos nos dias de provas, receber a lista de conteúdos relacionados à cada disciplina ou ter em mãos o site em que a Secretaria de Educação e Cultura da Bahia disponibiliza estes assuntos.

Desde março de 2014, para marcar os exames numa CPA é preciso fazer agendamento, ainda que o candidato/aluno já tenha inscrição na unidade - pois muitos interrompem a sequência das provas por vários motivos, entre eles, a necessidade de trabalhar e a falta de tempo para estudar, e precisam retomar o processo tempos depois, até mesmo para permanecer no emprego. Isso acontece devido ao número de vagas ofertadas para cada disciplina mensalmente, que depende da estrutura física da escola.

A demanda pelos exames vem crescendo a cada mês, pois há uma exigência cada vez maior da família, da sociedade, e principalmente do mercado de trabalho com relação à escolaridade<sup>9</sup>, referindo-se, neste caso, à educação básica. Essa busca é realizada em sua maioria pelos jovens e adultos de contexto socioeconômico de baixo poder aquisitivo.

Segundo Zago (2008, p.22):

A família por intermédio de suas ações materiais e simbólicas, tem um papel importante na vida escolar dos filhos, e este não pode ser desconsiderado. Trata-se de uma influência que resulta de ações muitas vezes sutis, nem sempre conscientes e intencionalmente dirigidas.

Com relação aos jovens pertencentes às classes mais abastadas, são poucos os que procuram os exames para regularizar a vida escolar, pois geralmente frequentam/frequentavam as escolas que oferecem educação de qualidade, e raramente precisam deste recurso para os seus estudos. Eles geralmente não têm a vida escolar interrompida pelos mesmos motivos que levam os de baixo poder aquisitivo ao abandonar a escola, pertencem à outra vertente da educação de jovens e adultos.

Estes jovens, de camada alta da sociedade, procuram a CPA juntamente com as suas famílias geralmente para realizarem os exames com o propósito de ingressarem numa faculdade; regularizarem a sua vida escolar ou até mesmo, concluí-la. Para os que se utilizam de liminares (decisão de

---

<sup>9</sup> De acordo com o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

§ 3º - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

urgência adotada pelo juiz antes de julgar o pedido propriamente dito), os mesmos são menores de idade; estão cursando o 2º ou 3º ano do ensino médio, portanto não são concluintes da educação básica; não possuem 18 anos como estabelece a Legislação para a realização dos exames nesta etapa da educação. As liminares geralmente têm o objetivo de “evitar um dano irreparável” se não for adotada alguma medida urgente, por isso, estes jovens realizam em um curto espaço de tempo as provas relacionadas ao ensino médio para que o resultado saia de imediato e, estando aprovados, façam a sua matrícula e ingressem na educação superior.

Muitos, durante o período de realização das provas já estão matriculados e assistindo às aulas normalmente na graduação, geralmente em faculdades particulares de Salvador.

Essas liminares encontram embasamento no Código Civil Brasileiro, Artigo 5º, que viabiliza o menor de idade a cursar a educação superior. Portanto, por meio delas, esses jovens deixam a escola onde estão cursando a educação básica regularmente, e optam por prestar os exames, ou seja, realizar as provas que, em diversos casos, são aplicadas num só dia.

Os exames perfazem o total de 10 (dez) provas que compõem a matriz curricular básica do ensino médio: Matemática, Química, Física, Biologia, Sociologia, História, Geografia, Filosofia, Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol). Cada professor elabora e corrige as provas referentes à sua disciplina. A média mínima para aprovação é 5,0 (cinco).

O candidato comum leva no mínimo um ano para atingir o objetivo de ter o ensino médio ou fundamental concluído, caso seja aprovado. Por outro lado, o que impetra mandado de segurança não precisa fazer agendamento, faz a quantidade de provas que deseja por dia, e tem o resultado divulgado em tempo hábil, determinado pela justiça, com o objetivo de ter em mãos o certificado de conclusão do ensino médio para apresentar na faculdade.

Esta desigualdade está em consonância com os dados dos indicadores sociais da população relatados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo 2010. De acordo com tais dados, o Brasil tinha no ano de referência 190.755.799 habitantes, apresentando em 2009, pessoas de 15 anos ou mais de idade com a taxa de analfabetismo de 13,3% para pretos, de 13,4% para pardos e de 5,9% para brancos. Esta



realidade ainda é maior no Nordeste, mais especificamente no contexto da Bahia que, com uma população em idade escolar de 3.569.004 pessoas, apresentou taxas de analfabetismo de 6,1% para crianças de 10 a 14 anos, e de 16,6% para pessoas com 15 anos ou mais.

A especificidade dessa educação é um efetivo caminho que visa assegurar ao indivíduo trabalhador ou não, os seus direitos numa sociedade cada vez mais dinâmica. A maior parte dessa população pertence às camadas pobres de afrodescendentes, jovens e adultos, incluindo os idosos, ou seja, a população que sempre esteve à margem do conhecimento:

Os jovens e adultos populares não são acidentados ocasionais que, gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós, por sua raça, gênero, etnia e classe social. (ARROYO, 2005, p.30).

Para falar sobre a educação de jovens e adultos é essencial citar Paulo Freire<sup>10</sup>. A sua Pedagogia libertadora propõe uma educação através da consciência crítica da opressão e se dispõe a transformar a realidade ou o meio social do indivíduo, pois a educação é um direito de todo ser humano. Segundo o autor, o processo de aprendizagem deve está associado à realidade de cada ser:

Mulheres e homens, somos únicos seres que, social e historicamente nos tornamos capazes de *apreender*. Por isso, somos os únicos em que *aprender* é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a *lição* dada. Aprender para nós é *construir, reconstruir, constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (FREIRE, 1996, p. 28).

---

<sup>10</sup> Paulo Freire (1921-1997) - Pedagogo e Filósofo. Por seu empenho em ensinar os mais pobres, tornou-se uma inspiração para gerações de professores, especialmente na América Latina e na África. O educador apresentou uma síntese inovadora das mais importantes correntes do pensamento filosófico de sua época, como o existencialismo cristão, a fenomenologia, a dialética hegeliana e o materialismo histórico. Essa visão foi aliada ao talento como escritor que o ajudou a conquistar um amplo público de pedagogos, cientistas sociais, teólogos e militantes políticos.

A partir de suas primeiras experiências no Rio Grande do Norte, em 1963, quando ensinou a 300 adultos a ler e a escrever em 45 dias, Paulo Freire desenvolveu um método inovador de alfabetização, adotado primeiramente em Pernambuco.

Trata-se de um trabalho de conscientização e politização que está no livro *A importância do ato de ler* (FREIRE, 1997, p. 76), a educação crítica, integrada no processo de libertação, deve ajudar educadores e estudantes, por meio da desmistificação da realidade, a ultrapassarem a iletracia política, permitindo-lhes posicionar-se de modo mais consciente na dialogação pública.

Diante da importância dos estudos de Freire para a consolidação de uma educação crítica e social no Brasil, é preciso criar oportunidades para aqueles que, por motivos diversos, não conseguiram frequentar um ensino regular e ter a sua escolaridade garantida, direito de todo cidadão.

### **2.3.2 ENEM: liminar como recurso para certificação no ensino médio**

O Exame Nacional do Ensino Médio<sup>11</sup> (ENEM) foi criado, em 1998, na gestão do Ministro da Educação Paulo Renato Souza, no governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Na sua primeira edição, em 1998, este exame teve como objetivo avaliar anualmente o aprendizado dos alunos no ensino médio em todo o País, com o propósito de elaborar políticas públicas para reverter os pontos críticos neste nível de ensino.

Como medida para que o ENEM tivesse cunho democrático, o governo estabeleceu a isenção do pagamento da taxa de inscrição para os alunos da escola pública em todo território nacional.

O apoio dos governos dos Estados por meio das Secretarias Estaduais de Educação, das escolas de ensino médio e das Instituições de Ensino Superior (IES) foi decisivo para o sucesso do Exame em todo País<sup>12</sup>. O

---

<sup>11</sup> O ENEM é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Seu objetivo principal é possibilitar uma referência para auto-avaliação a partir das competências e habilidades que estruturam o Exame.

O modelo da avaliação adotado pelo Enem foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas a memória, que, mesmo tendo importância fundamental, não pode ser o único elemento de compreensão do mundo.

<sup>12</sup> A popularização definitiva do ENEM veio em 2004, quando o Ministério da Educação instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni) e vinculou a concessão de bolsas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas à nota obtida no Exame. No ano seguinte, o Enem alcançava a marca histórica de 3 milhões de inscritos e 2,2 milhões de participantes. Em 2006, estabeleceu novo recorde, com 3,7 milhões de inscritos e 2,8 milhões de participantes.

governo do Estado da Bahia fez adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio com o objetivo de certificar candidatos no nível médio.

Nas provas, o candidato que perfaz 450 pontos em cada área do conhecimento (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias) e 500 pontos na Redação, deverá dirigir-se a uma CPA para solicitar a sua certificação no referido nível de ensino, desde que à época da realização das provas estivesse com 18 anos completos.

Os procedimentos para a certificação do ensino médio ao candidato, por meio do ENEM numa CPA, são os seguintes:

- O mesmo deve comprovar que ao fazer a primeira prova do ENEM já possuía 18 anos completos;
- Este deve informar seus dados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>13</sup> para obtenção do boletim do resultado das provas;
- Após impresso o resultado, o funcionário deve abrir pasta do candidato e posteriormente confeccionar a Ata dos resultados finais;
- O candidato deve ter em mãos duas fotos 3X4 e RG (original e xerox);
- Precisa, ainda, informar os seus dados para fazer a ficha de inscrição, com a pontuação do ENEM;
- Depois disso, o funcionário da Secretaria Escolar deve preencher o Certificado com os devidos registros e agendar a data para entrega do mesmo;

---

<sup>13</sup> O INEP foi criado, por lei, no dia 13 de janeiro de 1937, sendo chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia. Com o passar das décadas, o INEP atravessou várias mudanças com o objetivo de sistematizar os conhecimentos educacionais e propor melhorias ao ensino no País. Em 1952, o professor Anísio Teixeira assumiu a direção do Instituto, que passou a dar maior ênfase a pesquisa para fundar em bases científicas a reconstrução educacional no Brasil. Em 1972, o INEP foi transformado em um órgão autônomo, passando a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, que objetivava realizar levantamentos da situação educacional no País. Em 1976, a sua sede foi transferida para Brasília, no ano seguinte foi extinto, marcando o fim do modelo idealizado por Anísio Teixeira e que deu ao INEP reconhecimento nacional e internacional. Após passar por alguns governos e períodos de dificuldades, o INEP iniciou outro processo de reestruturação e redefinição da sua missão: reorientação das políticas de apoio a pesquisas educacionais e reforço no processo de disseminação de informações educacionais. Nos últimos anos, o Instituto reorganizou o sistema de levantamentos estatísticos e teve como eixo central de atividades as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais do País.

- A unidade escolar deve providenciar a publicação no Diário Oficial dos concluintes, juntamente com a Diretoria Regional de Educação (DIREC) de sua jurisdição.

As CPAs estão liberadas para inscrever o candidato que concluiu o ensino médio por meio do ENEM sem obedecer à Portaria da SEC Nº 12.235 de 30 de novembro e 1º de dezembro de 2002, que estabelece o cronograma mensal das provas. Assim como, caso não tenha logrado as médias para a certificação, poderá fazer a(s) prova(s) da(s) disciplina(s) com pontuação abaixo da estabelecida pelo exame na CPA, obedecendo ao calendário anual divulgado pelo órgão.

À medida que o ENEM<sup>14</sup> atinge todas as classes sociais e viabiliza o ingresso nas universidades, vem acontecendo regularmente nas CPAs o uso de liminar para emissão de certificado de conclusão do ensino médio por meio destas notas por alunos com menos de 18 anos idade, mas pertencentes às camadas mais favorecidas economicamente.

Embasada em documentos arquivados na CPA (liminares, fichas de inscrição e documentação do candidato) do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto, a partir do ano de 2012, jovens menor de idade e suas famílias, de classes sociais favorecidas economicamente, vêm utilizando liminar para obter o certificado de conclusão do ensino médio por meio do ENEM. Este certificado possibilita a entrada em várias faculdades, inclusive nas universidades Estaduais e Federais.

Mais uma vez, os jovens de classes com menor poder aquisitivo estão em desvantagem, não só pela falta de conhecimento sobre este recurso para adquirir a certificação no ensino médio, caso aprovado no ENEM, mas por questões econômicas, já que cada mandado impetrado por um advogado implica em gastos financeiros. Sendo assim, percebe-se que as oportunidades não chegam a estes jovens com igualdade de concorrência, pois a sociedade continua privilegiando quem possui maior poder econômico.

---

<sup>14</sup> O principal objetivo do ENEM é avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica para aferir desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Desde a sua concepção, porém, o ENEM foi pensado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médio e ao ensino superior.

Mas, mesmo diante deste contexto, os jovens das classes populares continuam persistindo com relação a adquirir melhores condições de vida e econômica por meio da educação, principalmente com a realização dos exames supletivos, para aqueles que não têm condições de frequentar sala de aula regular por estarem no mercado de trabalho.

Com relação ao ENEM, a demanda das classes populares em busca da certificação vem aumentando significadamente, pois a mesma tem como objetivos, além do ingresso no mercado de trabalho, conseguir ingressar numa faculdade; ter melhores chances no trabalho e ascender-se socialmente.

### **2.3.3 O estudo**

Diante do exposto, a seguir serão apresentados os objetivos geral e específicos da presente dissertação de mestrado.

Objetivo geral:

O objetivo geral desta pesquisa de mestrado é conhecer as motivações que levam pais, mães e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos.

Os objetivos específicos do estudo são:

- Analisar os resultados anuais dos exames supletivos do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto - CEA enviados à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, verificando o número de inscritos por modalidade de ensino (Fundamental II e Ensino Médio) e a quantidade de aprovados no período entre 2010 e 2013;
- Descrever o perfil socioeconômico das famílias entrevistadas que optam pelos exames supletivos para os filhos em uma unidade escolar que possui Comissão Permanente de Avaliação - CPA, localizada na cidade de Salvador;

- Identificar e comparar as motivações para a realização de exames supletivos apresentadas por pais e filhos das classes socioeconômicas A e B e das classes C e D;
- Conhecer as expectativas de pais e filhos sobre a escolaridade destes e sua inserção no mercado de trabalho.

### 3 O MÉTODO

A pesquisa nas Ciências Sociais não pode excluir de seu trabalho a reflexão sobre o contexto conceitual, histórico e social que forma o horizonte mais amplo, dentro do qual as pesquisas isoladas obtêm o seu sentido. (GOERGEN, 1981, p. 65)

Toda pesquisa requer a escolha de um método que ofereça recursos necessários para que os objetivos sejam alcançados. Segundo Richardson (1999, p.70) o método precisa estar apropriado ao tipo de estudo que se deseja realizar.

Para Oliveira (2001), método é um conjunto de processos que torna possível conhecer uma realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver procedimentos ou comportamentos.

#### 3.1 DELINEAMENTO

Visando atingir o objetivo geral do presente estudo que consiste em “conhecer as motivações que levam pais, mães e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos” considera-se pertinente realizar um estudo descritivo exploratório.

Os estudos exploratórios almejam proporcionar familiaridade com o problema, com o intuito de torná-lo mais explícito. Por outro lado, as investigações descritivas visam realizar a descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002).

O método aplicado nesta pesquisa buscou quantificar as ocorrências apontadas no instrumento escolhido (questionário semiestruturado), assim como, conhecer as subjetividades presentes no encontro entre o pesquisador, o sujeito da pesquisa e o referencial teórico, apontadas nas questões abertas.

Neste estudo, os números em percentuais irão apontar os resultados obtidos e orientar a discussão, pois o método utilizado na pesquisa prevê quantificar a ocorrência das respostas e descrevê-las.

### 3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

A presente pesquisa foi realizada na Comissão Permanente de Avaliação – CPA, do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – CEA, localizado no bairro dos Barris, em Salvador-Ba. Tal instituição foi escolhida por ser uma escola muito procurada para a realização dos exames supletivos na cidade, assim como, pelo cumprimento de um grande número de liminares que chegam mensalmente.

Participaram do estudo candidatos jovens e seu/sua respectivo(a) pai/mãe que optaram pela CPA da referida escola para realizarem os exames supletivos com o objetivo de regularizarem ou concluírem os seus estudos nos ensinos fundamental ou médio.

No total foram 80 participantes subdivididos em dois grupos: (a) o Grupo 1, composto por 20 candidatos aos exames supletivos e seus respectivos pais/mães pertencentes às classes sociais A e B; (b) o Grupo 2 abarcou 20 candidatos das classes sociais C e D e seus pais/mães.

As classes sociais foram definidas a partir do critério estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2010, que estabelece classe pelo número de salários mínimos ganho no mês:

Classe social A = ganho mensal de mais de 15 salários mínimos (mais de R\$10.860,00); Classe social B = de 05 a 15 salários mínimos (mais de R\$ 3.620,00 a R\$ 10.860,00) Classe social C = de 03 a 05 salários mínimos ( mais de R\$ 2.172,00 a R\$ 3.620,00) ; Classe social D = de 01 a 03 salários mínimos ( mais de R\$ 724,00 a R\$ 2.172,00) e Classe social E = até 01 salário mínimo.

Os critérios de inclusão para os jovens foram: ter idade entre 15 a 20 anos, faixa etária que tem como parâmetro o Estatuto da Juventude<sup>15</sup>; inscrever-se na Comissão Permanente de Avaliação do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – CEA; estar acompanhado de pelo menos um dos pais e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), no caso dos maiores de idade ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

---

<sup>15</sup> Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude: são considerados jovens as pessoas com idade ente 15 e 29 anos de idade. Livro: História do Direito Brasileiro.



(APÊNDICE B), quando era menor de idade ou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pais de filhos menores (APÊNDICE C).

Os Critérios de exclusão foram: pessoas que estivessem fora da faixa etária de 15 a 20 anos ou que não estivessem acompanhados de seu/sua pai/mãe. Aqueles que não assinaram o termo de Consentimento/Assentimento Livre e Esclarecido.

É necessário ressaltar que, mesmo se tratando de um estudo que identifique os dados pessoais e motivações dos entrevistados, os nomes dos participantes foram omitidos para preservá-los.

### 3.3 INSTRUMENTOS

Para a coleta de dados foram construídos dois questionários semiestruturados: um para os candidatos (APÊNDICE D) e outro para os seus pais (APÊNDICE E). Eles são compostos por questões fechadas e outras abertas, e contemplam: na primeira parte, os dados de identificação dos entrevistados, e na segunda, as motivações para a realização dos exames supletivos.

O questionário permite explorar um tema sobre o qual é necessário elaborar um roteiro de perguntas abertas para guiar o pesquisador em seu estudo. As respostas permitem criar categorias que facilitam a discussão dos resultados.

Para Richardson (1999), o questionário cumpre duas funções: descrever as características e medir variáveis de um indivíduo ou grupo social. Ainda, segundo o referido autor:

É de responsabilidade do pesquisador determinar o tamanho, a natureza e o conteúdo do questionário, de acordo com o problema pesquisado e respeitar o entrevistado como ser humano que pode possuir interesses e necessidades divergentes das do pesquisador. (RICHARDSON, 1999, p. 190)

Neste estudo, o questionário foi essencial para obter as informações necessárias sobre os entrevistados, assim como, as motivações que os levaram a procurar pelos exames supletivos.

### 3.4 PROCEDIMENTOS

Inicialmente obteve-se a autorização para a realização do estudo na Unidade Escolar Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – CEA (APÊNDICE F), a partir de convite enviado para a Equipe Gestora da referida instituição.

Em seguida, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador. Após a aprovação do estudo (ANEXO A), a estratégia utilizada para se chegar aos participantes da pesquisa e à coleta dos dados se deu do seguinte modo: um convite foi feito aos candidatos que estavam acompanhados de seus pais e/ou mães no momento em que esperavam o atendimento para a inscrição/marcação dos exames supletivos.

Aos candidatos e pais que aceitaram participar da investigação foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Assentimento juntamente com o questionário a ser preenchido por eles, no mesmo dia, na sala da Coordenação Pedagógica da CPA. O tempo de aplicação e de resposta do instrumento variou entre vinte e quarenta minutos.

A coleta de dados ocorreu durante o período de junho e julho de 2014.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Com relação à análise dos dados, nas questões fechadas foram calculadas as percentagens das respostas obtidas. Já nas questões abertas, foram estabelecidas categorias a partir das respostas encontradas e, em seguida, também foram calculadas as suas percentagens.

Os resultados obtidos pelos candidatos aos exames supletivos durante os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 também foram analisados e discutidos. A intenção foi mostrar a situação geral dos que buscam estas provas, as suas dificuldades, além dos índices de reprovação apresentados em diversas disciplinas durante este período.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados e a discussão dos dados obtidos a partir da aplicação dos questionários junto a candidatos aos exames supletivos e seus respectivos pais, bem como, dos dados dos exames supletivos obtidos na instituição em estudo, nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Num primeiro momento, serão apresentados os resultados anuais dos exames, acompanhados de comentários a respeito do aproveitamento e da situação dos candidatos que os procuram.

Na sequência constam os dados de identificação de pais e filhos participantes do estudo e, logo em seguida, são apresentadas as motivações que os levaram a procurar os exames.

### 4.1 RESULTADOS ANUAIS DOS EXAMES SUPLETIVOS REALIZADOS NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO MAGALHÃES NETO - CEA. SALVADOR/BA, 2010 A 2013

Os resultados obtidos pelos candidatos aos exames supletivos durante os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 também foram analisados e discutidos. A intenção foi mostrar a situação geral dos que buscam estas provas, as suas dificuldades, além dos índices de reprovação apresentados em diversas disciplinas durante este período.

As tabelas a seguir foram construídas com base nos relatórios de resultados mensais dos exames supletivos do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – CEA enviados à Secretaria de Educação do Estado da Bahia representada pela Coordenação de Jovens e Adultos e à Superintendência de Recursos Humanos da Educação (SUDEPE). Tais tabelas correspondem aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 nos ensinos fundamental II e médio. Elas refletem a realidade de aprovação ou reprovação dos candidatos em cada disciplina.

A seguir, a Tabela 1 demonstra os resultados no ensino fundamental II no ano de 2010, nos exames supletivos.

**Tabela 1 - Resultados por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto. Salvador (BA), 2010 – Ensino Fundamental II**

Disciplinas	Nº		%	Ausentes	%	Aprovados*	%	Reprovados*	%
	Inscrições e marcações	Presentes							
Português	696	495	66,81	201	33,19	178	35,95	317	64,05
Inglês	101	63	62,37	38	37,63	23	36,50	40	63,50
Ciências	734	509	69,34	225	30,66	153	30,05	356	69,95
Matemática	727	507	69,73	220	30,27	153	30,17	354	69,33
História	643	407	63,29	236	36,71	222	54,54	185	45,46
Geografia	677	465	68,68	212	31,32	124	26,66	341	73,34
Total	3.578	2.446	68,36	1.132	31,64	853	34,87	1.593	65,13

\* Os cálculos de frequência e porcentagens dos aprovados e reprovados foram feitos com base no número de candidatos presentes nas avaliações.

É possível constatar o alto índice de reprovação na maioria das disciplinas. Este é um reflexo da falta de conhecimentos básicos para o nível de ensino apresentado, e da realidade da maioria dos candidatos que procuram realizar seus estudos ou regularizar a sua vida escolar por meio dos exames supletivos.

A maioria destes candidatos pertence às classes C e D. São jovens que deixaram de estudar para ingressar no mercado de trabalho com o propósito de ajudar a família e ter melhores condições de vida.

Com relação às disciplinas com maior índice de reprovação neste ano, pode-se citar, em ordem decrescente: Geografia, Ciências, Matemática e Português.

Grande parte destes candidatos idealiza que por meio dos exames conseguirá obter certificação neste nível de ensino com rapidez, o que não acontece de acordo com os dados demonstrados na tabela.

A falta de leitura contínua e de interpretação de textos, aliada aos poucos conhecimentos básicos sobre atualidades e falta de tempo para dedicação aos estudos, apontam para estes resultados significativos tanto para os jovens, quanto para a escola, que busca rever o seu papel na sociedade.

Na Tabela 2, a seguir, é possível verificar os resultados dos exames supletivos no ano de 2011.

**Tabela 2 - Resultados por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto. Salvador (BA), 2011 – Ensino Fundamental II**

Disciplinas	Nº		%	%		Aprovados*		Reprovados*	
	Inscrições e marcações	Presentes		Ausentes					
Português	650	453	69,69	197	30,31	208	45,91	266	54,09
Inglês	103	63	61,16	40	38,84	35	55,55	28	44,45
Ciências	816	580	71,07	236	28,93	122	21,03	458	78,97
Matemática	730	485	66,43	223	33,57	240	49,48	267	50,52
História	607	400	65,89	207	34,11	312	78,00	138	22,00
Geografia	760	551	72,50	209	27,50	153	27,76	398	72,24
Total	3.666	2.532	69,06	1.112	30,94	1.070	42,25	1.555	57,75

\* Os cálculos de frequência e porcentagens dos aprovados e reprovados foram feitos com base no número de candidatos presentes nas avaliações.

Observa-se que a situação permaneceu apresentando as mesmas disciplinas como críticas em relação ao percentual de reprovação: Geografia, Ciências, Português e Matemática.

Há esforços da equipe gestora e da coordenação pedagógica da CPA para reverter o percentual de reprovação anual de cada disciplina, orientando o candidato a frequentar sala de aula regular, onde será acompanhado por professores, mas, este, continua optando pelos exames como forma de agilizar a sua certificação.

Dados sobre o ano de 2012 são encontrados na Tabela 3 a seguir.

**Tabela 3 - Resultados por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto. Salvador (BA), 2012 – Ensino Fundamental II**

Disciplinas	Nº									
	Inscrições e marcações	Presentes	%	Ausentes	%	Aprovados*	%	Reprovados*	%	
Português	688	453	67,81	215	32,19	190	41,94	263	58,06	
Inglês	44	32	72,72	12	27,28	28	87,5	4	12,5	
Ciências	744	534	71,77	210	28,23	157	29,40	377	70,60	
Matemática	616	405	65,74	211	34,26	185	45,67	220	54,33	
História	576	378	65,62	198	34,38	198	52,38	180	47,62	
Geografia	695	474	68,20	221	31,80	130	27,42	344	72,58	
<b>Total</b>	<b>3.343</b>	<b>2.276</b>	<b>68,08</b>	<b>1.067</b>	<b>31,92</b>	<b>888</b>	<b>39,01</b>	<b>1.388</b>	<b>60,99</b>	

\* Os cálculos de frequência e porcentagens dos aprovados e reprovados foram feitos com base no número de candidatos presentes nas avaliações.

O índice de reprovação continua sendo maior (60,99%) do que o de aprovação (39,01%), e as disciplinas com porcentagens maiores de reprovação continuam sendo as mesmas. Em ordem decrescente encontram-se: Geografia, Ciências, Português e Matemática.

Os resultados do ano de 2013 são demonstrados na Tabela 4 que segue.

**Tabela 4 - Resultados por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto. Salvador (BA), 2013 – Ensino Fundamental II**

Disciplinas	Nº									
	Inscrições e marcações	Presentes	%	Ausentes	%	Aprovados*	%	Reprovados*	%	
Português	725	496	68,41	229	31,59	203	59,07	293	40,93	
Inglês	177	131	74,01	46	25,99	110	83,96	21	16,04	
Ciências	764	498	65,18	266	34,82	197	39,55	301	60,45	
Matemática	771	523	67,83	248	32,17	130	24,85	393	75,15	
História	714	487	68,20	227	31,80	255	52,36	232	47,64	
Geografia	750	535	71,33	215	28,67	138	25,79	397	74,21	
<b>Total</b>	<b>3.901</b>	<b>2.670</b>	<b>68,44</b>	<b>1.231</b>	<b>31,56</b>	<b>1.033</b>	<b>38,68</b>	<b>1.637</b>	<b>61,32</b>	

\* Os cálculos de frequência e porcentagens dos aprovados e reprovados foram feitos com base no número de candidatos presentes nas avaliações.

A porcentagem de reprovação se mantém maior (61,32%) do que a de aprovação (38,68%). Os piores rendimentos por disciplina se alteram um pouco, em ordem decrescente encontram-se assim: Matemática, Geografia, Ciências, História e Português.

Esses resultados são um reflexo da falta de políticas públicas que ofereçam educação básica de qualidade para a população de menor poder aquisitivo, permitindo, assim, igualdade de oportunidades para todas as camadas sociais.

A seguir, as Tabelas 5, 6, 7 e 8 retratam o desempenho dos candidatos do ensino médio na CPA onde a pesquisa foi realizada nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.

É possível perceber um maior número de candidatos inscritos para os exames neste nível de ensino, assim como, um percentual de aprovação maior em relação ao ensino fundamental II. Mas, ainda assim, há uma reprovação perceptível em quase todas as disciplinas que fazem parte da matriz curricular do referido ensino.

As disciplinas que compõem o ensino médio numa CPA são: Biologia, Química, Física, Matemática, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira (Espanhol ou Inglês), História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

Cabe informar que a unidade escolar onde a CPA está vinculada disponibiliza a opção de o candidato frequentar sala de aula regular. Esta modalidade na Educação de Jovens e Adultos possibilita que o candidato, ao matricular-se, frequente as aulas das disciplinas que compõem a matriz curricular do ensino médio da seguinte forma: Língua Portuguesa e Matemática, durante um ano; as demais, por seis meses cada uma. Assim, o candidato que passa a ser aluno da escola, pode concluir o ensino médio em dois anos, além de ter um professor para cada disciplina mediando os conhecimentos que serão adquiridos.

A Tabela seguinte apresenta os resultados do ano de 2010.

**Tabela 5 - Resultados por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto. Salvador (BA), 2010 – Ensino Médio**

Disciplinas	Nº		%	Ausentes		Aprovados*		Reprovados*	
	Inscrições e marcações	Presentes							
Biologia	824	547	63,38	277	33,62	310	56,67	363	43,33
Química	769	531	69,05	238	30,95	67	12,61	464	87,39
Física	687	441	64,19	246	35,81	64	16,97	377	83,03
Matemática	935	637	68,12	298	31,88	112	17,58	525	82,42
L. P. L. B**	942	672	71,33	270	28,67	277	41,22	395	58,78
Inglês	582	386	66,32	196	33,68	102	26,42	284	73,58
História	857	590	68,84	267	31,16	170	28,81	420	71,19
Geografia	830	568	68,43	262	31,57	257	41,24	311	54,76
Sociologia	691	484	70,04	207	29,96	199	41,11	285	58,89
Filosofia	688	447	64,97	241	53,91	211	44,96	246	55,04
Total	7.805	5.303	52,82	2.502	47,18	1.759	33,16	3.544	66,84

\* Os cálculos de frequência e porcentagens dos aprovados e reprovados foram feitos com base no número de candidatos presentes nas avaliações.

\*\* Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

Com relação ao ensino médio, o quadro é muito mais crítico, pois aumenta o nível de dificuldade dos candidatos em demonstrar conhecimentos mínimos dos conteúdos avaliados. Em ordem decrescente, as disciplinas em que os candidatos apresentam maiores porcentagens de reprovação são: Química, Física, Matemática, Inglês e História.

A Tabela 6, a seguir, retrata os dados obtidos no ano de 2011.



**Tabela 6- Resultados por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto. Salvador (BA), 2011 – Ensino Médio**

Disciplinas	Nº		%	Ausentes		Aprovados*		Reprovados*	
	Inscrições e marcações	Presentes			%	%	%	%	
Biologia	896	616	68,75	280	31,25	124	20,12	492	79,88
Química	720	498	69,16	222	38,84	61	12,24	437	87,76
Física	639	413	64,63	226	35,37	58	14,04	355	85,96
Matemática	947	641	67,68	306	32,32	116	18,09	525	81,91
L. P. L. B**	996	671	67,36	325	32,64	182	27,12	489	72,88
Inglês	487	322	66,11	165	33,89	127	39,44	195	60,56
História	710	571	80,42	139	19,58	195	34,15	376	65,85
Geografia	837	560	66,90	277	33,10	255	45,53	283	54,47
Sociologia	773	399	51,61	374	48,39	201	50,37	198	49,63
Filosofia	785	528	67,26	257	32,74	148	28,03	380	71,97
<b>Total</b>	<b>7.790</b>	<b>5.219</b>	<b>66,99</b>	<b>2.571</b>	<b>33,01</b>	<b>1.467</b>	<b>28,10</b>	<b>3.730</b>	<b>71,89</b>

\* Os cálculos de frequência e porcentagens dos aprovados e reprovados foram feitos com base no número de candidatos presentes nas avaliações.

\*\* Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

Os resultados continuam apontando para uma grande procura pelos exames supletivos e também para altos índices de reprovação, ainda que orientações sejam dadas pela equipe da coordenação pedagógica da CPA para que o candidato frequente a sala de aula regular, e desta forma possa obter melhores resultados nos exames e adquirir conhecimentos com orientações dos professores e o convívio com colegas de turma.

Pode-se constatar que o índice de aprovação decresceu, e as disciplinas com maiores dificuldades passaram a ser, em ordem decrescente: Química, Física, Matemática, Biologia, L. P. L. B. e Filosofia.

A Tabela 7, a seguir, apresenta os dados obtidos por meio do somatório dos percentuais dos mapas sínteses mensais do ano de 2012.

**Tabela 7- Resultados por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto. Salvador (BA), 2012 – Ensino Médio**

Disciplinas	Nº		%	Ausentes		Aprovados*		Reprovados*	
	Inscrições e marcações	Presentes			%	%	%	%	
Biologia	870	590	67,81	280	32,19	84	14,23	506	85,77
Química	655	470	71,75	185	28,25	66	14,04	404	85,96
Física	678	447	65,92	231	34,08	183	40,93	264	59,07
Matemática	891	615	69,02	276	30,98	264	42,92	351	57,08
L.P.L.B**	997	722	72,41	275	27,59	265	36,70	457	63,30
Inglês	422	291	68,95	131	31,05	142	48,79	149	51,21
História	833	571	68,54	262	31,46	159	27,84	412	72,16
Geografia	808	572	70,79	236	20,21	261	45,62	311	54,38
Sociologia	748	525	70,18	223	29,82	203	38,66	322	61,34
Filosofia	705	463	65,67	242	34,33	252	54,42	211	45,58
<b>Total</b>	<b>7.607</b>	<b>5.446</b>	<b>71,59</b>	<b>2.341</b>	<b>28,41</b>	<b>1.879</b>	<b>34,50</b>	<b>3.387</b>	<b>65,50</b>

\* Os cálculos de frequência e porcentagens dos aprovados e reprovados foram feitos com base no número de candidatos presentes nas avaliações.

\*\* Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

Embora apenas pouco mais de um terço dos candidatos apresente aprovação nos exames supletivos, os índices de aprovação foram um pouco maiores do que no ano anterior. Em ordem decrescente, as disciplinas com maiores dificuldades passaram a ser: Química, Biologia, História, L. P. L. B. e Sociologia.

A maioria dos candidatos não está disposta ou não tem tempo para frequentar regularmente a escola devido à carga horária de trabalho, partindo assim, para as provas, sem oportunidade para estudar e obter resultado positivo nos exames.

Em decorrência da falta de tempo para dedicar-se aos estudos, a grande maioria continua obtendo resultados negativos. Muitos realizam a prova da mesma disciplina por várias vezes durante o ano, sem obter sucesso.

A seguir, consta a Tabela 8 que apresenta os resultados obtidos no ano de 2013, no ensino médio.

**Tabela 8- Resultados por disciplina dos exames supletivos realizados no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto. Salvador (BA), 2013 – Ensino Médio**

Disciplinas	Nº		%	Ausentes		%	Aprovados*		%	Reprovados*		%
	Inscrições e marcações	Presentes		Ausentes	Ausentes		Aprovados*	Aprovados*		Reprovados*	Reprovados*	
Biologia	1.004	700	69,72	304	30,28	83	11,85	627	88,15			
Química	873	627	71,82	246	28,18	57	9,09	570	90,91			
Física	736	513	69,70	223	30,30	143	27,87	370	72,13			
Matemática	1.024	696	67,96	328	32,04	265	38,07	431	61,93			
L. P. L. B**	1.071	735	68,62	336	31,38	354	48,16	381	51,84			
Inglês	543	380	69,98	163	30,02	188	49,47	192	50,53			
História	1.028	665	64,68	363	35,32	158	23,75	507	76,25			
Geografia	927	552	59,54	375	40,46	270	48,91	282	51,09			
Sociologia	742	497	66,98	245	36,02	245	49,29	252	50,71			
Filosofia	760	320	42,10	440	57,90	271	84,68	49	15,32			
Total	8.708	5.685	65,28	3.023	34,72	2.034	35,77	3.661	64,23			

\* Os cálculos de frequência e porcentagens dos aprovados e reprovados foram feitos com base no número de candidatos presentes nas avaliações.

\*\* Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

A porcentagem geral de aprovação continua sendo baixa (35,77%), mas aumentou um pouco em relação ao ano anterior. Em ordem decrescente, as disciplinas com menores porcentagens de aprovação foram: Química, Biologia, História, Física e Matemática.

É fácil constatar que percentuais de reprovação fazem parte dos resultados mensais e anuais dos exames supletivos, pois a maioria dos candidatos não está preparada para realizá-los com êxito. Ficando para a minoria, geralmente candidatos oriundos de escolas particulares, o resultado de aprovação.

#### 4.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES

A pesquisa está voltada para as motivações de pais/mães e seus filhos e o interesse dos mesmos para a realização dos exames supletivos. A

expectativa dos candidatos é adquirir certificação e/ou regularização da vida escolar nos ensinos fundamental II ou médio, e tem nos pais grandes aliados para que este processo ocorra com êxito e maior brevidade.

Os dados que retratam o perfil dos participantes serão apresentados subdividindo os 40 pais/mães em dois grupos igualmente divididos: o primeiro deles (Grupo1) inclui os pais/mães das classes sociais A e B, e o segundo (Grupo 2), refere-se às classes sociais C e D.

Os 40 jovens candidatos também foram separados em dois grupos igualmente divididos: o primeiro deles (Grupo1) inclui os jovens das classes sociais A e B, e o segundo (Grupo 2), refere-se às classes sociais C e D.

#### **4.2.1 Perfil dos pais/mães que procuram os exames supletivos para os seus filhos**

Nesta pesquisa, a participação dos/das pais/mães dos candidatos ao exame supletivo demonstrou ser essencial para incentivar os filhos a prosseguirem nos seus estudos. Sendo assim, necessário se faz, conhecer o perfil dos mesmos.

Na Tabela 9 seguinte serão apresentadas as faixas etárias destes pais e/ou mães.

**Tabela 9 – Faixa etária dos pais/mães cujos filhos realizam exames supletivos. Salvador (BA), 2014**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
35 a 39 anos	5%	20%	12,5%
40 a 44 anos	15%	35%	25,0%
45 a 49 anos	50%	15%	32,5%
50 a 54 anos	20%	15%	17,5%
55 a 59 anos	5%	15%	10,0%
60 a 64 anos	5%	-	2,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

A idade dos pais/mães entrevistados variou de 35 a 64 anos, sendo que 50% dos pais do G1 encontram-se na faixa etária de 45 a 49 anos; no G2, as maiores concentrações foram de 40 a 44 anos (35%) e de 35 a 39 anos (20%).

A seguir consta a Tabela 10 que apresenta os dados da escolaridade destes pais/mães.

**Tabela 10 – Escolaridade dos pais/mães cujos filhos realizam exames supletivos. Salvador (BA), 2014**

<b>Escolaridade</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Ensino fundamental incompleto	-	10%	5%
Ensino fundamental completo	-	-	-
Ensino médio incompleto	-	25%	12,5%
Ensino médio completo	30%	55%	42,5%
Ensino superior incompleto	10%	-	5%
Ensino superior completo	30%	10%	20%
Pós-graduação incompleta	-	-	-
Pós-graduação completa	30%	-	15%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Constata-se que a escolaridade entre os pais do G1 está dividida em 30% com ensino médio completo; 30% com ensino superior completo, e 30% com pós-graduação completa. Com relação aos pais do G2, esta situação aponta para uma maioria de 55% com o ensino médio completo e 25% com o referido nível de ensino incompleto, retrato da dificuldade enfrentada pelas classes menos favorecidas economicamente para chegar à universidade.

A seguir consta a Tabela 11 que indica o estado civil dos pais/mães entrevistados.

**Tabela 11 – Estado civil dos pais/mães cujos filhos realizam exames supletivos. Salvador (BA), 2014**

<b>Estado Civil</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Solteiro	5%	20%	12,5%
Casado	30%	50%	40,0%
União estável	20%	5%	12,5%
Divorciado	40%	20%	30,0%
Viúvo	5%	5%	5,0%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

A maioria dos entrevistados no G1 é de divorciado (40%), já no G2, metade dos participantes é casada, constituindo família nuclear.

Berger e Kellner (1970) argumentam que o casamento cria para o sujeito uma determinada ordem que permite que a vida seja experimentada com mais sentido. Sendo assim, a maioria dos entrevistados nas classes C e D permanece convivendo com o seu cônjuge e seus respectivos filhos.

Cabe destacar, ainda, que 20% dos pais do G1 estão em situação de união estável.

Sobre a união estável, Féres-Carneiro e Magalhães (2011, p.120) comentam:

Num contexto social marcado de modo particular pela multiplicidade de arranjos familiares, o novo Código Civil reconhece como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, manifestada de modo público e duradouro, com o objetivo de constituir família.

Nesta pesquisa foi fundamental traçar o perfil das famílias dos jovens que procuram os exames supletivos. Assim sendo, o grau de parentesco do entrevistado com o mesmo foi essencial para o desenvolvimento do estudo.

A Tabela 12, a seguir, apresenta estes dados.

**Tabela 12 – Grau de parentesco dos entrevistados com os jovens que realizam os exames supletivos. Salvador (BA), 2014**

<b>Grau de Parentesco</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Pai	30%	10%	20%
Mãe	65%	90%	77,5%
Tia*	5%	-	2,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

\* A mãe de um dos jovens faleceu há seis anos e a irmã dela tornou-se responsável por ele a partir de então.

Com relação ao grau de parentesco do responsável com o jovem entrevistado, obteve-se uma concentração na presença da mãe tanto no G1 (65%), quanto no G2 (90%), havendo um maior destaque da presença dela neste segundo grupo.

Estes resultados apontam para a presença das mães na vida dos seus filhos. Elas desejam orientá-los para que possam construir uma vida melhor, que favoreça a sua independência social e financeira.

Para Moreira e Biasoli-Alves (2006, p. 177), “[...] como a maior responsabilidade pela criação dos filhos ainda é da mãe, cabe a ela estipular e cobrar regras [...]”.

É relevante destacar, ainda, a maior presença do pai como acompanhante dos candidatos nas classes sociais mais elevadas do que nas camadas populares.

Com relação à atuação no mercado de trabalho, dentre os pais e/ou mães entrevistados, 97,5% informaram que estão trabalhando e 2,5% estão aposentados. As funções exercidas por quem está na ativa são variadas: autônomo, professora, eletricitista, diarista, arquiteta, secretária, juiz de direito, entre outras.

Esta diversidade de classes e profissões aponta para a importância dos exames para as famílias e seus filhos nos mais variados contextos socioeconômicos. Demanda vinda de uma sociedade que a cada dia estabelece os estudos como primordial para o ingresso no mercado de trabalho ou para quem objetiva somente a entrada numa faculdade.

Na Tabela 13, a seguir, são apresentados os resultados sobre a renda familiar mensal dos entrevistados.

**Tabela 13 – Renda familiar mensal dos participantes. Salvador (BA), 2014**

<b>Renda Familiar Mensal (em salários mínimos)</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Mais de um a três	-	65%	32,5%
Mais de três a cinco	-	35%	17,5%
Mais de cinco a 15	75%	-	37,5%
Mais de 15	25%	-	12,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

O G1 tem 75% dos entrevistados com renda mensal de mais de cinco a quinze salários por mês. No mesmo grupo, 25% têm renda acima de quinze salários mínimos.

A renda mensal das famílias do G2 está entre mais de um a três salários mínimos (65%) e entre mais de três a cinco salários (35%).

A Tabela abaixo mostra quem contribui com a renda familiar mensal da família dos participantes deste estudo.

**Tabela 14 – Quem contribui com a renda familiar mensal dos participantes. Salvador (BA), 2014**

<b>Quem contribui com a renda familiar mensal</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Pai e mãe	60%	45%	52,5%
Pai	10%	30%	20%
Mãe	5%	15%	10%
Mãe e filho	-	5%	2,5%
Mãe e ex-marido	20%	5%	12,5%
Tio e tia	5%	-	2,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)



Com relação a quem contribui com a renda familiar mensal, há um percentual de 60% para pai e mãe (casados) no G1, e de 45% no G2. Assim, o homem e a mulher, enquanto casal, compartilham da manutenção do lar na maioria dos casos.

Estes dados mostram que, com o ingresso mais efetivo no mercado de trabalho a partir da década de 1970, a mulher passou a contribuir com a manutenção dos lares em todas as camadas sociais.

Importante salientar, nesta tabela, a participação apenas do pai no sustento do lar, num percentual de 30% no G2, e de 10% no G1. Comprova-se que na contemporaneidade, o pai além de assumir responsabilidades que anteriormente não possuía, também continua a manter financeiramente os lares, principalmente nas camadas de menor poder aquisitivo.

Também no G2 se apresenta o maior número de mães que assumem a responsabilidade de contribuir com a renda mensal das famílias sozinhas, apresentando um percentual de 15%; já no G1, elas representam apenas 5%. Assim, as mulheres que se encontram em tal situação ficam mais sobrecarregadas, pois também têm as obrigações com relação aos cuidados dos filhos e da casa.

A família monoparental é uma realidade na sociedade, segundo Macedo (2008), resulta de fatores demográficos, como a ocorrência de novos fluxos migratórios, da diminuição da fecundidade, do aumento do número de divórcios e das chamadas “produções independentes”.

A Tabela 15, a seguir, demonstra quem reside com o jovem candidato aos exames supletivos.

**Tabela 15 – Residem com o jovem candidato aos exames supletivos.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Reside com o adolescente</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Pai	-	10%	5%
Mãe	40%	35%	37,5%
Pai e Mãe	55%	55%	55%
Tia*/Tio	5%	-	2,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

\* A mãe de um dos jovens faleceu há seis anos e a irmã dela tornou-se responsável por ele a partir de então.

No G1, 55% dos jovens candidatos residem com ambos os pais e 40% moram apenas com a mãe e eventuais irmãos. Por outro lado, no G2, 55% residem com ambos os pais, 35% apenas com as mães e irmãos e 10% com o pai.

Os bairros em que moram os entrevistados estão localizados desde o subúrbio de Salvador, como Dom Avelar e Paripe, passando por bairros da classe média como Brotas, Vila Laura e Pituaçu, até os das classes A e B, como Horto Florestal e Pituba, além de um bairro da Região Metropolitana da cidade.

#### **4.2.2 Perfil dos jovens que procuram os exames supletivos**

A seguir serão apresentados os dados da pesquisa relacionados ao perfil dos jovens entrevistados que procuram os exames supletivos para regularizarem a sua vida escolar ou concluírem os estudos tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

Na Tabela 16, que segue, serão indicadas as idades destes jovens que estão na faixa dos 15 anos aos 20 anos.

**Tabela 16 – Idades dos jovens que realizam exames supletivos.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Idades (em anos)</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
15	20%	15%	17,5%
16	20%	15%	17,5%
17	20%	10%	15%
18	25%	25%	25%
19	10%	25%	17,5%
20	5%	10%	7,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Com relação às idades dos jovens no G1, 60% dos entrevistados têm menos do que 18 anos. Por outro lado, no G2, 60% deles têm 18 anos ou mais. Assim, os jovens do G1 se destacam por antecipar a busca da conclusão dos estudos, enquanto no G2, a procura é maior no sentido de recuperar a defasagem idade/série.

Com relação ao sexo dos jovens pesquisados, 70% são homens e 30% são mulheres tanto no G1, quanto no G2.

Nas classes de menor poder aquisitivo esses dados apontam para uma realidade nas escolas públicas, os jovens de sexo masculino deixam de frequentar regularmente a sala de aula em maior proporção que as jovens da mesma faixa etária. Os motivos para eles são diversos, mas, o que mais se destaca é a procura por emprego, que dará aos mesmos independência financeira e a possibilidade de ajudar na renda familiar. Já nas classes mais abastadas, pode-se levantar a hipótese de que haja uma maior expectativa profissional com relação aos filhos do sexo masculino, pois tradicionalmente há uma maior cobrança de provimento da família para os homens do que para as mulheres.

A seguir consta a Tabela 17 que indica a escolaridade dos jovens entrevistados.

**Tabela 17 – Escolaridade dos jovens que realizam exames supletivos.  
Salvador (Ba), 2014**

<b>Escolaridade</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Ensino fundamental incompleto	25%	55%	40%
Ensino médio incompleto	75%	45%	60%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Com relação à distorção<sup>16</sup> idade/série verifica-se que no G2 a maior parte dos adolescentes, ou seja, 55% deles não possuem o ensino fundamental completo, já no ensino médio este percentual é de 45%. No G1 dos que procuram os exames apenas 25% não têm o ensino fundamental completo, e o procuram para regularizar a vida escolar ou adquirir a certificação. No ensino médio 75% dos adolescentes não têm o ensino médio completo, sendo que parte deles faz as provas por meio de liminares.

Na Tabela 18, a seguir, serão apresentadas as séries em que se encontram os adolescentes que procuram pelos exames, e que foram entrevistados.

<sup>16</sup> Com relação à Distorção idade-série: No Brasil, toda criança deve ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental aos seis anos de idade, encerrando esta etapa aos 14 anos. Após esse período, ela permanece por mais três anos no Ensino Médio, concluindo a educação básica aos 17 anos de idade. Quando o aluno (re)ingressa na escola tardiamente – ou sofre reprovação – ele estará em atraso escolar, ou seja, com idade superior à esperada para aquela etapa escolar. A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar.

O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. O Censo é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade dos alunos.

**Tabela 18 – Séries dos jovens que realizam exames supletivos.  
Salvador (BA), 2014**

<b>SÉRIES</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
5 <sup>a</sup>	-	5%	2,5%
6 <sup>a</sup>	-	15%	7,5%
7 <sup>a</sup>	-	-	-
8 <sup>a</sup>	20%	25%	22,5%
1 <sup>o</sup> ano	-	15%	7,5%
2 <sup>o</sup> ano	10%	15%	12,5%
3 <sup>o</sup> ano	45%	5%	25%
Não responderam	25%	20%	22,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Para concluir ou regularizar o ensino fundamental, o percentual de jovens no G1 é de 20% dos entrevistados; já no G2 este número vai para 45%. Com relação ao ensino médio, o G1 apresenta maior índice para o 3<sup>o</sup> ano, com percentual de 45%, ou seja, estes jovens procuram os exames para regularizarem a vida escolar ou acelerar o processo de certificação para ingressar numa faculdade, neste percentual estão inclusos os que impetram mandados de segurança.

Com relação ao estado civil dos jovens entrevistados, 100% são solteiros e pertencem às camadas sociais indicadas neste estudo. Tais dados confirmam os dados do Censo 2010 (IBGE, 2010) que revelam que a população está casando mais tarde, aspirando antes os estudos e o ingresso no mercado de trabalho.

A Tabela 19, a seguir, retrata a função exercida pelos entrevistados que estão inseridos no mercado de trabalho.

**Tabela 19 – Função exercida pelos jovens que trabalham e realizam exames supletivos. Salvador (Ba), 2014**

<b>Função</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Ajudante de cozinha	-	5%	2,5%
Artesão	-	5%	2,5%
Vendedor	5%	-	2,5%
Não trabalham	95%	90%	92,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Com relação ao trabalho, apenas 5% dos jovens do G1 exercem atividade laboral como vendedor de loja num grande shopping da cidade, enquanto que no G2, 10% estão exercendo funções remuneradas como artesão e ajudante de cozinha. Os dados apontam que 95% dos jovens no G1 não trabalham, enquanto que no G2 este percentual é de 90%.

Dos jovens que trabalham, apenas um, que pertence ao G2, ajuda na renda mensal familiar, uma vez que custeia os seus gastos com roupas, sapatos, lazer, produtos de higiene pessoal, além da alimentação. E, na medida em que toma esta atitude, acaba reduzindo os gastos dos pais com as despesas da casa. Para ele, dessa forma, sobra mais dinheiro para pagar as contas do mês da família.

Os dados da Tabela 20 revelam com quem os jovens entrevistados residem.

**Tabela 20 – Com quem residem os jovens que realizam exames supletivos. Salvador (BA), 2014**

<b>Com quem reside</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Família nuclear	45%	50%	47,5%
Família monoparental	40%	45%	42,5%
Família reconstituída	5%	5%	5%
Família ampliada	10%	-	5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

As respostas obtidas em relação às pessoas com quem o jovem residia foram subdivididas em quatro categorias: (a) família nuclear: composta por pai, mãe e seus filhos; (b) família monoparental: formada por um dos genitores e seus filhos; (c) família reconstituída: aquela na qual pelo menos um dos genitores casou-se novamente, tendo filho da primeira união; (d) família ampliada: composta pela família nuclear e mais um parente.

Os dados apontam que a família nuclear, formada por pai, mãe e filhos foi a encontrada em 50% das famílias no G2, e 45% nas do G1.

Com relação à família monoparental, formada por um dos pais e seus respectivos filhos, percebe-se que no G1, 40% dos adolescentes entrevistados residem com o pai ou a mãe; já no G2, este percentual é de 45%. Nestes casos, a maioria dos jovens reside com a mãe, demonstrando que as mulheres assumem cada vez mais a chefia dos lares.

Sobre esta configuração familiar, Féres-Carneiro e Magalhães (2011, p.125) explicam:

As configurações familiares monoparentais femininas não são recentes na história da família. Contudo, os modos de constituição contemporâneos da família monoparental se transformaram devido, principalmente, às mudanças nas relações de gênero. A mulher que constitui uma família, com filhos originados da conjugalidade ou de um projeto individual, é considerada autônoma, com direitos igualitários e é investida de reconhecimento social muito maior do que há décadas atrás.

No entanto, não se pode desconsiderar que tais mulheres ficam bem mais sobrecarregadas do que aquelas que dividem as responsabilidades da casa e dos filhos com o marido/companheiro.

#### 4.3 MOTIVAÇÕES DE PAIS PARA OS FILHOS JOVENS REALIZAREM OS EXAMES SUPLETIVOS

As motivações de pais e/ou mães para que seus filhos realizem os exames supletivos serão apresentadas e discutidas a seguir. Os pais são os grandes incentivadores para que os filhos realizem os seus objetivos de vida, e com os exames não é diferente, pois a grande maioria dos jovens no momento da inscrição e/ou marcação destas provas está acompanhada pelos responsáveis.

Na Tabela 21, a seguir, serão apresentados os percentuais referentes às concepções que os pais têm com relação aos exames supletivos.

**Tabela 21 – Concepções de exames supletivos para os pais entrevistados. Salvador (BA), 2014**

<b>Concepções</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Exame que acelera a conclusão escolar para quem está em defasagem idade/série	15%	40%	27,5%
Exame que acelera a conclusão escolar mesmo não havendo defasagem idade/série	50%	-	25,0%
Provas para conclusão dos estudos	10%	35%	22,5%
Recuperar/regularizar as disciplinas em que foi reprovado	10%	15%	12,5%
Avalia o conhecimento obtido no Ensino Médio	15%	-	7,5%
Fraude contra a educação	-	5%	2,5%
Provas para ajudar a ser aprovado	-	5%	2,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)



Dentre os pais do G1, 50% têm os exames supletivos como meio de acelerar a vida escolar do filho sem que este esteja em defasagem idade/série. O objetivo ao realizar as provas é obter aprovação para ingressar na universidade.

Importante citar as falas de alguns pais com relação às suas concepções sobre os exames neste grupo: “são provas para conclusão do curso de uma forma mais acelerada” (P6)<sup>17</sup>; “os exames ajudarão o meu filho a ingressar na faculdade, se aprovado” (P10); “são provas para que ele consiga acelerar o ensino médio, se aprovado, e entrar na faculdade” (P19).

Dentre os participantes do G2, 40% concebem os exames supletivos como aquele que acelera a conclusão escolar para quem está em defasagem idade/série.

A Tabela 22, a seguir, revela os motivos que levam os pais a procurarem pelos exames supletivos para os seus filhos.

---

<sup>17</sup> Cada pai/mãe é identificado(a) pela letra “P” seguida do número correspondente a cada um deles, sendo que de 1 a 20, no caso dos participantes do Grupo 1, e de 21 a 40, no caso dos pais/mães do Grupo 2. A mesma correspondência existe com relação aos filhos, só que são identificados pela letra “F”.

**Tabela 22 – Motivos que os pais alegaram para procurar os exames supletivos. Salvador (BA), 2014**

<b>Motivos</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Concluir o ensino médio com maior rapidez por estar em defasagem	10%	50%	30,0%
Antecipação do ingresso na universidade	55%	-	27,5%
Inserção no mercado de trabalho	5%	20%	12,5%
Terminalidade do ensino fundamental	15%	5%	10,0%
Filho não tinha interesse em continuar estudo em sala de aula	-	10%	5,0%
Dificuldade em concluir o ensino médio em sala de aula regular	5%	5%	5,0%
Inserção na universidade	5%	5%	5,0%
Não frequentar as aulas de dependência	-	5%	2,5%
Validação dos estudos feitos no exterior	5%	-	2,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Para os pais do G1, a busca pelos exames tem o objetivo de antecipar o ingresso do filho na universidade, e este interesse é apontado por 55% dos entrevistados. Já no G2, 50% dos responsáveis pelo jovem buscam os exames em decorrência deste estar em defasagem idade/série, e 20% deles os procuraram para que o filho regularize a vida escolar, incluindo a certificação nos ensinos fundamental ou médio para a inserção no mercado de trabalho.

A Tabela 23, a seguir, indica os motivos que levaram o filho a estar em defasagem idade/série. Tal questão foi respondida apenas pelos pais cujos filhos encontram-se em tal situação, o que corresponde a três jovens do Grupo 1 e a 15 do Grupo 2.

A defasagem está relacionada quando o aluno (re)ingressa na escola tardiamente, ou sofre reprovação. O atraso escolar corresponde à idade

superior à esperada para aquela etapa, e a distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso na sua vida escolar.

**Tabela 23 – Motivos que levaram o filho a estar em defasagem idade/série.**

**Salvador (BA), 2014**

<b>Motivos da defasagem idade/série</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (frequência)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (frequência)</b>	<b>Frequência Total</b>
Falta de interesse e comprometimento com os estudos	2	10	12
Viagem internacional em busca de melhores condições de vida	-	1	1
Doença do filho	-	1	1
Dificuldades nas relações familiares (divórcio dos pais)	1	-	1
Ter que trabalhar por necessidades financeiras	-	2	2
Ter dificuldades em algumas disciplinas		1	1
<b>Total</b>	n= 3	n= 15	n=18

Cabe destacar que, 22 filhos dos pais entrevistados não estão em defasagem idade/série, perfazendo um percentual de 55%. Sendo que, três filhos em defasagem são do G1, o que corresponde a 15% deles, e 15 filhos nesta situação são do G2, que representam 75% destes. O principal motivo alegado pelos pais para justificar tal defasagem foi a falta de interesse e comprometimento dos filhos com relação aos estudos.

A Tabela 24, a seguir, demonstra como os pais consideram o rendimento escolar dos seus filhos.

**Tabela 24 – Como os pais consideram o rendimento escolar do filho.  
Salvador (Ba), 2014**

<b>Avaliação do rendimento escolar do filho</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Ruim	5%	50%	27,5%
Regular/Mediano	15%	35%	25,0%
Bom	15%	10%	12,5%
Muito bom	60%	10%	35,0%
Não atende às expectativas dos pais	-	5%	12,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Com relação aos pais do G1, 60% deles consideram que os filhos apresentam um rendimento escolar muito bom. Em contrapartida, 50% dos pais do G2 avaliam tal rendimento como ruim.

Cabe informar que alguns pais do G2 consideram que o filho apresenta um rendimento escolar ruim ou mediano devido às constantes paralisações e greves presentes nas escolas da rede pública. A seguir constam falas que ilustram tal justificativa: “Um rendimento médio, pois hoje em dia as greves escolares constantes, dificulta o aprendizado dos alunos” (P25); “Muito baixo por haver tantas paradas grevistas” (P26).

Por outro lado, outros pais mencionaram os motivos que levaram seus filhos a terem um bom rendimento escolar: “[...] ela é bastante dedicada” (P1), “[...] é um aluno exemplar” (P9).

Os dados da Tabela 25, a seguir, apontam para as respostas dos pais com relação ao filho que apresenta dificuldades em alguma(s) disciplina(s).

**Tabela 25 – Dificuldades apresentadas em alguma(s) disciplina(s) pelos filhos. Salvador (BA), 2014**

O(A) filho(a) apresenta dificuldades em alguma(s) disciplina(s)	Grupo 1 - Classes A e B (%)	Grupo 2 - Classes C e D (%)	Total (%)
<b>Sim</b>	45%	90%	67,5%
<b>Não</b>	55%	10%	32,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Como pode ser constatado, a quantidade de pais que consideram que o(a) filho(a) apresenta dificuldades em alguma disciplina foi muito maior no Grupo 2 (90%), do que no Grupo 1. De acordo com os pais, as disciplinas em que os filhos apresentam mais dificuldades na escola são: (a) no ensino fundamental - Português e Matemática, seguidas de Geografia e Ciências; e (b) no ensino médio, Química, Física e Matemática, seguidas de Língua Portuguesa.

Para acompanhar esta situação, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)<sup>18</sup> realiza anualmente uma avaliação nas séries finais do ensino

<sup>18</sup> O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala. Seu objetivo é realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado. As informações produzidas visam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino. Nas edições de 1997 e 1999, os estudantes matriculados nas 4ª e 8ª séries foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, e os estudantes de 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.

É importante ressaltar que a partir da edição de 2001, o SAEB passou a avaliar apenas as áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Tal formato se manteve nas edições de 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011.

Na edição de 2013, a partir da divulgação da portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC, passou a compor o SAEB. Outra inovação desta edição foi a inclusão, em caráter experimental, da avaliação de Ciências, que será realizada com os estudantes da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio.

Mais informações em:

BONAMINO, Alicia. Tempos de avaliação educacional: o Saeb, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

FREITAS, Dirce. A avaliação da educação básica no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

HORTA NETO, João Luiz. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. Revista Iberoamericana de Educación nº42/5, 2007.

básico para traçar metas que revertam este quadro, principalmente nas escolas públicas.

Na Tabela 26 que segue, os pais indicam o seu interesse para que o filho frequente sala de aula regular.

**Tabela 26 – Interesse em que os filhos frequentem sala de aula.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Interesse para que o filho frequente sala de aula</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Sim	50%	70%	60%
Não	20%	25%	22,5%
Já frequenta sala de aula	30%	5%	17,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Com relação ao interesse em que o filho frequente sala de aula regular, os pais do G1 apresentam um percentual de 50% indicando como favorável para a aquisição do conhecimento do jovem, enquanto que, os do G2, representam um número mais elevado, 70% dos entrevistados. Frequentar a sala de aula regular é essencial para aquisição e troca de conhecimentos entre alunos e professores, além de favorecer o rendimento positivo com relação à aprovação. Cabe destacar que 30% dos filhos do G1 já frequentavam sala de aula.

A seguir, a Tabela 27 apresenta as justificativas dos pais para que o filho frequente sala de aula regular.

**Tabela 27 – Justificativas para o filho frequentar sala de aula regular.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Justificativas para frequentar sala de aula</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (frequência)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (frequência)</b>	<b>Frequência total</b>
Aprende-se mais em sala de aula	7	7	14
Para o filho interessar-se pelos estudos	-	1	1
Para concluir os estudos (ensino médio)	1	-	1
Para ser bem sucedido na vida	1	-	1
Como última alternativa (primeira: os exames supletivos, segunda: certificação pelo ENEM, última: sala de aula)	-	1	1
Para ter condições de conseguir emprego	-	1	1
<b>Total</b>	n = 9	n = 10	n = 19

Cabe destacar que 21 pais não emitiram respostas com relação a esta questão, perfazendo um percentual de 52,5%. A justificativa que se destacou, em ambos os grupos, foi a de que se aprende mais em sala de aula.

A seguir, a Tabela 28 mostra as justificativas para o filho não frequentar sala de aula.

**Tabela 28 – Justificativas para o filho não frequentar sala de aula regular.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Justificativa para não frequentar sala de aula</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (frequência)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (frequência)</b>	<b>Frequência total</b>
Precisa trabalhar	-	3	3
Tem certeza de que o filho obterá êxito nos exames supletivos, pois apresenta bom rendimento escolar	2	-	2
O filho não quer frequentar sala de aula regular	-	1	1
Já tem bom desempenho escolar (certificou-se pelo ENEM)	1	-	1
A sala de aula não recupera a defasagem idade/série	-	1	1
Terá aulas particulares	1	-	1
<b>Total</b>	n = 4	n = 5	n = 9

Dos entrevistados, apenas nove apresentaram justificativas para os filhos não frequentarem sala de aula regular. No G1, quatro pais justificaram o porquê dos filhos se ausentarem da sala de aula regular: dois informaram ter certeza de que o filho obterá êxito nos exames supletivos, pois apresenta bom rendimento escolar, um alegou que o jovem já tem bom desempenho escolar (inclusive certificou-se pelo ENEM) e outro respondeu que o filho terá aulas particulares.

Já no G2, cinco pais apresentaram estas justificativas, sendo que: três alegaram que o filho precisa trabalhar, um afirmou que o filho não quer frequentar sala de aula regular; outro alegou que a sala de aula não recupera a defasagem idade/série.

A Tabela 29, a seguir, aponta as expectativas dos pais entrevistados com relação aos estudos dos filhos.



**Tabela 29 – Expectativas com relação aos estudos do filho.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Expectativas</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Cursar o Ensino Superior	75%	15%	45%
Ter certificado escolar para ingressar no mercado de trabalho	5%	35%	20%
Concluir o Ensino Médio	-	35%	17,5%
Ter qualificação profissional	15%	-	7,5%
Realizar curso técnico/profissionalizante	5%	5%	5%
Concluir o Ensino Fundamental II	-	10%	5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Observa-se no Grupo 1 que a expectativa é a de que os filhos curse o ensino superior. Já no Grupo 2, o destaque é para a obtenção do certificado escolar visando o mercado de trabalho ou apenas concluir o ensino médio.

De um modo geral, a população de baixa renda reconhece que o estudo possibilita uma melhor condição de trabalho e de vida para seus filhos. Inclusive, para uma parte desta população, a expectativa de ver o filho na faculdade acontece se for por desejo ou esforço do mesmo. Em diversos casos, o filho só conseguirá fazer faculdade caso trabalhe e arque com os custos da mensalidade e/ou demais despesas.

Dentre os 20 participantes do G1 (classes A e B), nove fizeram inscrição de seus filhos nos exames supletivos por meio dos mandados de segurança (liminares). Estes foram indagados sobre o objetivo de tal ação. As respostas obtidas foram: ingresso do filho na faculdade por meio de sua aprovação no vestibular (P10, P11, P12, P13, P15, P16, P17 e P18) ou no ENEM (p14).

A Tabela 30 seguinte indica quais as expectativas dos pais com relação ao trabalho do(a) filho(a).

**Tabela 30 – Expectativas para o filho com relação ao trabalho.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Expectativas com relação ao trabalho dos filhos</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 – Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Ter trabalho que requeira curso universitário	75%	15%	45%
Que o filho escolha a própria profissão e que tenha êxito	5%	35%	20%
Ter trabalho que requeira o Ensino Fundamental	-	35%	17,5%
Ser funcionário público	15%	-	7,5%
Ter bom trabalho que requeira curso profissionalizante/Ensino Médio	5%	5%	5%
Não quer que o filho trabalhe enquanto estiver estudando	-	10%	5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Com relação às expectativas sobre o trabalho dos filhos, 75% dos pais do G1 revelam aspirar que os jovens tenham trabalho que requeira curso universitário. Já para os entrevistados do G2, 35% desejam que o jovem escolha a própria profissão e obtenha êxito e outros 35% informam que aspiram trabalho que requeira o ensino fundamental.

#### 4.4 MOTIVAÇÕES DE JOVENS PARA REALIZAREM OS EXAMES SUPLETIVOS

As motivações dos jovens para realizem os exames supletivos serão apresentadas e discutidas a seguir.

A Tabela 31, a seguir, revela como os jovens entrevistados concebem os exames supletivos.

**Tabela 31 – Concepções de exames supletivos para os jovens entrevistados. Salvador (BA), 2014**

<b>Concepções</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 – Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Exame que acelera a conclusão escolar	80%	80%	80,0%
Avalia se o aluno está apto nos Ensinos Fundamental ou Médio	10%	5%	7,5%
Provas	-	10%	5,0%
Motiva o retorno para a sala de aula regular	-	5%	2,5%
Recuperar a disciplina em que foi reprovado	5%	-	2,5%
Oportunidade para quem não pôde frequentar sala de aula regular, de certificar-se no Ensino Fundamental ou Médio	5%	-	2,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Dos jovens entrevistados, tanto no G1 como no G2, 80% concebem os exames supletivos como sendo aquele que acelera a conclusão escolar.

No G1, 10% dos jovens afirmam que as provas avaliam se o aluno está apto nos Ensinos Fundamental ou Médio; já no G2, 10% dos entrevistados definem os exames como provas.

Na Tabela 32, a seguir, são apresentados os motivos que levaram os jovens a procurar pelos exames supletivos.

**Tabela 32 – Motivos que os jovens alegaram para procurar os exames supletivos. Salvador (BA), 2014**

<b>Motivos</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Ter sido aprovado em faculdade/ENEM e precisar do certificado do Ensino médio	50%	5%	27,5%
Concluir os Ensinos Fundamental e Médio por estar em defasagem idade/série	10%	40%	25,0%
Ter sido reprovado em disciplina(s)	30%	15%	22,5%
Inserção no mercado de trabalho	5%	25%	15,0%
Não tinha interesse em continuar com os estudos em sala de aula	-	10%	5,0%
Validar estudos realizados no exterior	5%	5%	5,0%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Dentre os entrevistados do G1, 50% responderam que foram aprovados em faculdade/ENEM e precisam do certificado do ensino médio para ingressarem no nível superior de ensino; outros 30% justificaram a procura de tais exames pelo fato de terem sido reprovados em alguma disciplina específica. No G2, 40% precisam concluir os Ensinos Fundamental e/ou Médio por estarem em defasagem idade/série; outros 25% alegam o motivo de desejarem ou precisarem se inserir no mercado de trabalho.

Na Tabela 33 seguinte, os motivos que levaram o jovem a estar em defasagem idade/série, questão apresentada somente a quem informava estar nessa condição.

**Tabela 33 – Motivos que levaram o jovem a estar em defasagem idade/série. Salvador (BA), 2014**

<b>Motivo da defasagem idade/série</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (frequência)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (frequência)</b>	<b>Frequência total</b>
Falta de interesse e comprometimento com os estudos	2	10	12
Não ter tempo para estudar em decorrência do trabalho	-	3	3
Dificuldades nas relações familiares (divórcio dos pais)	1	-	1
Viagem internacional em busca de melhores condições de vida	-	1	1
Ter dificuldades em algumas disciplinas	-	1	1
<b>Total</b>	n = 3	n = 15	n = 18

Dentre os 18 participantes que responderam esta questão, 15 eram do Grupo 2 e três eram do Grupo 1. No G1 dois responderam que a defasagem idade/série ocorreu por falta de interesse e comprometimento deles com os estudos; outro afirmou que foi em decorrência de dificuldades nas relações familiares (divórcio dos pais).

No G2, 10 responderam que foi por falta de interesse e comprometimento com os estudos, três alegaram que foi por não terem tempo para estudar em decorrência do trabalho, outro informou que foi por motivo de viagem internacional em busca de melhores condições de vida; um último mencionou ter dificuldades em algumas disciplinas.

Na Tabela 34, a seguir, será apresentado como os jovens consideram o seu rendimento escolar.

**Tabela 34 – Como os jovens consideram o seu rendimento escolar.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Avaliação do rendimento escolar</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Ruim	-	35%	17,5%
Regular/Mediano	30%	40%	35%
Bom	30%	25%	27,5%
Muito bom/Ótimo	40%	-	20%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Dos entrevistados do G1, 40% informaram que o seu rendimento escolar é muito bom/ótimo; e 30% consideram seu rendimento bom, e outros 30% o avaliam como regular/mediano.

No G2, os jovens informaram que o rendimento é regular/mediano, perfazendo um total de 40%; 35% responderam que o rendimento escolar é ruim; e 25% disseram que consideram o seu rendimento bom.

A Tabela 35 informa os resultados com relação a se os jovens apresentam dificuldades em alguma(s) disciplina(s).

**Tabela 35 – Respostas relativas ao jovem apresentar ou não dificuldades em alguma(s) disciplina(s). Salvador (BA), 2014**

<b>Dificuldades em alguma(s) disciplina(s)</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
<b>Sim</b>	60%	95%	77,5%
<b>Não</b>	40%	5%	22,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

A afirmação de que apresenta dificuldade em alguma(s) disciplina(s) foi maior no Grupo 2 (95%) do que no Grupo 1 (60%).

Os jovens de ambos os grupos que afirmaram apresentar dificuldade, indicaram a(s) disciplina(s) em que apresentam dificuldades. No ensino fundamental, sete apresentam dificuldades em Matemática; seis em Português;

três em Ciências; dois em Inglês; e, um em História; sendo que outros dois responderam que possuem dificuldades na aprendizagem de diversas disciplinas.

Com relação aos jovens do ensino médio, estes apresentam dificuldades nas seguintes disciplinas: oito em Matemática; sete em Química; dois em Biologia; dois em Língua Portuguesa, e um para cada disciplina a seguir: Geografia, Sociologia, Filosofia e Física. Outros quatro responderam que apresentam dificuldades em diversas disciplinas deste nível de ensino.

Na Tabela 36 será apresentado o interesse dos jovens em frequentar sala de aula caso não obtenham êxito nos exames supletivos.

**Tabela 36 – Interesse dos jovens em frequentar sala de aula caso não obtenham êxito nos exames supletivos. Salvador (BA), 2014**

<b>Interesse em frequentar sala de aula</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Sim	45%	50%	47,5%
Não	20%	50%	35,0%
Já frequenta sala de aula	35%	-	17,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

No G1, 45% responderam que têm interesse em frequentar a sala de aula se não conseguirem aprovação nos exames supletivos; 20% não têm esta intenção e 35% já frequentam regularmente a sala de aula.

Por outro lado, 50% dos entrevistados no G2 informaram que têm interesse, se não conseguirem aprovação nos exames. O mesmo percentual informou que não tem intenção em frequentar sala de aula.

A Tabela 37, a seguir, informa as justificativas para o jovem frequentar sala de aula regular, questão proposta apenas a quem tem interesse nisso.

**Tabela 37 – Justificativas para o jovem frequentar sala de aula regular.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Justificativas</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (frequência)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (frequência)</b>	<b>Frequência total</b>
Aprende-se mais em sala de aula	6	2	8
Para concluir os estudos (Ensinos Fundamental II ou Médio)	2	3	5
Por exigência do pai	-	1	1
<b>Total</b>	n = 8	n = 6	n = 14

Dentre os participantes, 14 justificaram o motivo pelo qual aspira frequentar a sala de aula, caso não fossem aprovados nos exames supletivos, sendo oito do Grupo 1 e seis do Grupo 2.

No G1, seis justificaram que se aprende mais em sala de aula e dois informaram que era para concluir os estudos (Ensinos Fundamental II ou Médio).

Por outro lado, no G2, três justificaram alegando que é para concluir os estudos, dois informaram que se aprende mais em sala de aula e um alegou ser exigência do pai.

A Tabela 38, a seguir, apresenta as justificativas dos jovens para não frequentar sala de aula regular, questão proposta apenas a quem não tem interesse em voltar a frequentar tal tipo de aula.



**Tabela 38 – Justificativas para o jovem não frequentar sala de aula regular. Salvador (BA), 2014**

<b>Justificativas</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (frequência)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (frequência)</b>	<b>Frequência total</b>
Não quer frequentar sala de aula (aulas são desestimulantes, é perda de tempo)	-	3	3
Precisa trabalhar	-	3	3
Já tem bom desempenho escolar (certificou-se pelo ENEM)	1	-	1
Continuará tentando os exames supletivos ou a certificação pelo ENEM	1	1	2
Não gosta de estudar	-	2	2
Tem certeza de que obterá êxito nos exames supletivos, pois apresenta bom rendimento escolar	1	-	1
Já foi aprovado em faculdade por meio de vestibular	1	-	1
<b>Total</b>	<b>n = 4</b>	<b>n = 9</b>	<b>n = 13</b>

Responderam tal questão 13 participantes, sendo quatro do Grupo 1 e nove do Grupo 2. No G1 constaram como respostas: já tem bom desempenho escolar (certificou-se pelo ENEM); continuará tentando os exames supletivos ou a certificação pelo ENEM; tem certeza que obterá êxito nos exames supletivos, pois apresenta bom rendimento escolar, e já foi aprovado em faculdade por meio de vestibular.

Três jovens do Grupo 2 responderam que não queriam frequentar sala de aula, pois as aulas são desestimulantes, assim, perde-se tempo; outros três justificaram que precisam trabalhar; dois não gostam de estudar e outro continuará tentando os exames supletivos ou a certificação pelo ENEM.

Na Tabela 39, a seguir, são apresentadas as expectativas dos jovens com relação aos seus estudos.

**Tabela 39 – Expectativas dos jovens com relação aos seus estudos.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Expectativas</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Cursar ensino superior	80%	40%	60,0%
Ter certificado escolar para ingressar no mercado de trabalho	20%	40%	30,0%
Concluir Ensino Médio	-	10%	5,0%
Realizar curso técnico/profissionalizante	-	5%	2,5%
Ter qualificação profissional	-	5%	2,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Dentre os jovens do Grupo 1, 80% pretendem cursar ensino superior e 20% aspiram ter certificado escolar para ingressar no mercado de trabalho.

No Grupo 2, 40% pretendem cursar o ensino superior e outros 40% querem ter certificado escolar para ingressar no mercado de trabalho.

A seguir, consta a Tabela 40 que indica as expectativas dos jovens com relação ao próprio trabalho.

**Tabela 40 – Expectativas dos jovens com relação ao próprio trabalho.  
Salvador (BA), 2014**

<b>Expectativas com relação ao próprio trabalho</b>	<b>Grupo 1- Classes A e B (%)</b>	<b>Grupo 2 - Classes C e D (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Ter bom trabalho que requeira curso universitário	45%	25%	35,0%
Ter bom trabalho que requeira curso profissionalizante/Ensino Médio	10%	45%	27,5%
Não quer trabalhar enquanto estiver estudando	40%	-	20,0%
Ter trabalho que requeira o Ensino Fundamental II	-	20%	10,0%
Concluir curso profissionalizante/Ensino Médio para trabalhar e arcar com os custos da faculdade	5%	10%	7,5%
<b>Total</b>	100% (n=20)	100% (n=20)	100% (n=40)

Para 45% dos jovens do Grupo 1 a expectativa foi a de ter bom trabalho que requeira curso universitário; e para 40%, a resposta foi a de não querer trabalhar enquanto estiverem estudando.

Com relação ao Grupo 2, 45% dos jovens informaram que querem ter bom trabalho que requeira curso profissionalizante/Ensino Médio, e 25% indicaram que aspiram ter bom trabalho que requeira curso universitário.

#### 4.5 O OLHAR SOBRE OS RESULTADOS À LUZ DA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Neste tópico buscar-se-á discutir os resultados encontrados na pesquisa a partir da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 2011).

O modelo Processo, Pessoa, Contexto, Tempo (PPCT) de Urie Bronfenbrenner (TUDJE, 2012) é bastante adequado para analisar as

motivações tanto dos pais quanto dos jovens que procuram pelos exames supletivos e suas relações com o contexto social mais amplo.

Na pesquisa, observou-se que os Processos são dirigidos às relações dos candidatos aos exames supletivos e seus pais, e destes com outros grupos sociais. O jovem e a sua família interagem com várias pessoas, em diversos contextos socioeconômicos, com relações mais próximas ou não, a depender da situação estabelecida:

A forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais influenciam o desenvolvimento, variando sistematicamente como uma função articulada das características da pessoa em desenvolvimento; o contexto - tanto imediato como o mais remoto - no qual o processo está fazendo parte; a natureza dos resultados do desenvolvimento considerados; e as continuidades sociais e de mudanças que ocorrem ao longo do tempo durante o ciclo de vida e o período histórico no qual a pessoa tem vivido. (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998, p.96)

O Processo nesta abordagem tem a ver com as relações em que a pessoa em desenvolvimento se acha constituído pelos papéis e atividades diárias.

Com relação à Pessoa, esta corresponde ao perfil que o indivíduo apresenta por meio dos fatores biológicos e genéticos no seu desenvolvimento, acrescidos das características pessoais que leva para qualquer situação social em que se envolva no decorrer da sua existência (TUDJE, 2012).

Para Bronfenbenner (2011, p.46) é relevante entender que:

[...] características da *pessoa em desenvolvimento* (incluindo sua herança genética); do *contexto* (tanto imediato como mais remoto) no qual os processos ocorrem da natureza dos *resultados desenvolvimentais* esperados; e das continuidades e de mudanças que ocorrem ao longo do tempo durante o ciclo de vida e o tempo histórico em que a pessoa está vivendo.

Estas características, assim como valores e expectativas que se têm na relação social devem ser consideradas. Qualidades pessoais como estas podem nutrir ou romper a operação de processos de crescimento psicológico.

No que diz respeito à *Pessoa*, esta apresenta características de demanda, de recurso e de força (TUDJE, 2012).

A idade, gênero, cor da pele, aparência física são, segundo o autor, características de demanda. Elas podem influenciar tanto nas relações, quanto nas expectativas que cada um dos jovens e seu/sua pai/mãe têm em relação ao estudo e o ingresso no mercado de trabalho por meio dos exames supletivos. Neste aspecto constatou-se haver um número maior de jovens do sexo masculino do que do feminino que procuraram os exames supletivos. Com relação aos grupos, os participantes do Grupo 1 eram mais novos do que os do Grupo 2, o que foi reflexo de os primeiros estarem querendo antecipar o ingresso no ensino superior e os jovens do segundo grupo, em sua maioria, estar tentando obter a certificação em decorrência de apresentarem defasagem idade/série. Outro elemento é o de haver um maior número de negros no Grupo 2 (classes C e D) do que no Grupo 1 (classes A e B). Além disso, a aparência física dos jovens também foi influenciada pela classe social a que pertenciam, em decorrência do acesso aos bens de consumo.

As características de recurso são relacionadas com recursos cognitivos e emocionais e também sociais e materiais. (TUDJE, 2012). Nesse sentido, no presente estudo, o acesso a viagens, boas escolas, cursos extracurriculares foi maior para os jovens do Grupo 1. Cabe lembrar que os aspectos emocionais igualmente ficaram evidentes, por exemplo, na dificuldade escolar apresentada por um jovem do referido grupo em decorrência de problemas familiares, no caso específico, por causa da separação conjugal dos pais.

As características de força, relacionadas à motivação, persistência, entre outros aspectos, também foram constatadas no presente estudo. No Grupo 1 ficou bem evidente a motivação para o ingresso antecipado no ensino superior e, no Grupo 2, o interesse em obter certificação visando conquistar uma boa condição de trabalho.

O contexto para Bronfenbrenner (2011) envolve esferas em que o jovem e a sua família convivem. Estas influenciam diretamente o comportamento e as expectativas destes indivíduos com relação ao estudo e à inserção no mercado de trabalho dentro de cada classe social.

Para cada classe social o estudo dos filhos tem um significado, um objetivo. As famílias das camadas A e B têm o estudo dos filhos como perspectiva para um futuro de independência econômica, *status* social e

profissional; já para as famílias das camadas C e D, o estudo é prioridade para que o filho possa inserir-se no mercado de trabalho e colaborar com a renda familiar mensal.

O fato de ajudar financeiramente o sustento do lar, não tira do foco das famílias das camadas menos favorecidas economicamente a possibilidade de ver o filho numa faculdade. E para que este sonho seja alcançado, a busca pela educação é um dos caminhos que fará com que este momento seja concretizado, ainda que, afirmem que a escola pública não é atrativa para os jovens.

Dentro do contexto mais macro, no macrossistema, constata-se haver uma exigência de qualificação para inserção da pessoa no mercado de trabalho que requer, cada vez mais, níveis mais elevados de escolarização. Em contrapartida, as escolas públicas foram bastante criticadas pelos pais entrevistados como sendo de baixa qualidade, além das recorrentes greves que interrompem as atividades do ano letivo. Por outro lado, os pais com melhores recursos (Grupo 1) podiam propiciar a seus filhos boas escolas em termos de qualidade de ensino. Também faz parte do macrossistema o ENEM que, meio utilizado especialmente por jovens do Grupo 1 como recurso para antecipar a certificação. Os altos custos das ditas escolas particulares também acaba motivando os pais a buscarem o recurso de liminares e, dessa forma, economiza meses de altas mensalidades escolares. Nesse sentido, o contexto socioeconômico afeta diretamente as famílias, suas relações internas e atingem os jovens perante suas escolhas profissionais.

Pode-se constatar que, alguns jovens buscam os exames com o objetivo de regularizar a sua vida escolar, inserir-se no mercado de trabalho e/ou na faculdade. Estes novos ambientes irão proporcionar a inserção e a formação de outros grupos sociais para estes e as suas famílias durante o período em que estiverem participando ativamente, ou seja, estarão ampliando os micro e os mesossistemas.

Para se desenvolver intelectual, emocional, social e moralmente um ser humano precisa interagir progressivamente com pessoas, objetos e símbolos no ambiente imediato.

A interação efetiva tem que ocorrer em uma base bastante regular em períodos estendidos de tempo. São as relações com a família e outros grupos sociais formados na escola, numa faculdade, grupo de amigos.

O Tempo na Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano remete ao desenvolvimento do indivíduo no sentido histórico, ou seja, como ocorrem as mudanças no decorrer dos tempos devido às pressões sofridas pela pessoa em desenvolvimento.

Passagens da vida familiar, como a entrada na escola, inserção no mercado de trabalho ou ingresso numa faculdade, o nascimento de um irmão ou a mudança de trabalho dos pais, podem ter significativa influência no desenvolvimento dos jovens num dado momento de suas vidas.

Abreviar o tempo para o ingresso numa faculdade por meio de mandado de segurança ou não, também faz parte deste tempo nas vidas dos jovens e suas famílias entrevistados e que procuram os exames supletivos num momento histórico das suas vidas. O tempo também esteve presente, nesta pesquisa, na defasagem idade/série que procura ser resgatada pelos participantes do Grupo 2 (classes C e D).

Sendo assim, Bronfenbrenner (2011) afirma que a relação dinâmica desses elementos exerce influência nas características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento em um período estendido de tempo. Os jovens entrevistados passam por este processo no seu desenvolvimento e nas relações que constroem durante a vida.

Em síntese, muitos destes jovens pertencentes às classes sociais C e D - segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) abdicaram dos seus estudos não só pela falta de oportunidade ou de interesse, mas por assumirem o sustento da família; o cuidado de seus membros; ou ingresso no mercado de trabalho.

Em contrapartida, os jovens das classes sociais A e B, geralmente cursando o ensino médio em escolas particulares, mas que não os habilitam a ingressar numa faculdade sem que antes concluam os estudos no referido nível, têm os exames supletivos como caminho para atingir o objetivo de efetivar matrícula num curso de graduação através de liminares - decisões judiciais, caso sejam aprovados. Uma parcela destes jovens e suas famílias também procuram os exames após perder alguma disciplina nas séries

terminais (9º ano ou 3º ano) para regularizar a vida escolar e voltar a frequentar a sala de aula regularmente.

Os exames também servem como via para economizar no pagamento das altas mensalidades nas escolas particulares para os pais das classes média e alta. Esta medida também é tomada por pais que percebem que os filhos não estão interessados nos estudos ou sentem dificuldades em acompanhar os conteúdos das disciplinas na série em que estão cursando.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo geral desta pesquisa de mestrado - conhecer as motivações que levam pais, mães e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos – conclui-se ter obtido um avanço importante nesta direção, sem, contudo, ter-se esgotado tal escopo.

Serão identificados, a seguir, os principais resultados obtidos que esclarecem os objetivos específicos desta investigação.

O primeiro objetivo específico foi o de analisar os resultados anuais dos exames supletivos do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto - CEA enviados à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, verificando o número de inscritos por modalidade de ensino (Fundamental II e Ensino Médio) e a quantidade de aprovados no período entre 2010 e 2013.

O número de inscrições/marcações no Ensino Fundamental II foi de 3.578, no ano de 2010, destas, 2.446 candidatos compareceram para realizar os exames. Do total de presentes, o número de aprovações nas disciplinas foi de 853, perfazendo 34,87%. Já em 2011, houve 3.666 inscrições/marcações, deste número, apenas 2.532 compareceram para realizar as provas. Sendo que, 1.070 foram aprovados, representando 42,25%. Em 2012 o número de inscrições/marcações foi de 3.343, com 2.276 presentes na realização das provas. Destes, 888 candidatos foram aprovados, representando 39,01% dos presentes. Finalmente, em 2013, os candidatos que procuraram por este nível de ensino foram 3.901, com 2.670 presentes nas avaliações, sendo que apenas 1.033 foram aprovados perfazendo um total de 38,68%. Constata-se que vem crescendo o número de inscritos e também dos presentes nas avaliações dos exames supletivos entre os anos de 2010 e 2013, havendo uma pequena redução no número de candidatos no ano de 2012, fato que pode estar relacionado à greve dos professores da rede estadual de ensino da Bahia que durou quatro meses. Os índices de aprovação dos candidatos variaram de 34,87% a 42,25%.

Com relação ao Ensino Médio, o número de inscritos em 2010 foi de 7.805, sendo que, 5.303 estiveram presentes e, destes, foram aprovados 1.759 candidatos (33,16%). No ano de 2011 a quantidade de inscritos foi de 7.790, com 5.219 candidatos presentes nas avaliações, sendo que destes, 1.467

foram aprovados totalizando 28,10%. Já em 2012, houve a inscrição de 7.607 candidatos, com 5.446 presentes, sendo que destes, 1.879 (34,50%) foram aprovados. Por fim, em 2013 se inscreveram 8.708 candidatos, sendo que 5.685 realizaram provas, tendo como aprovados 2.034 pessoas (35,77%). Assim, constata-se que este nível de ensino é mais procurado pelos candidatos na unidade escolar do que o Ensino Fundamental II. Além disso, nos dois últimos anos (2012 e 2013), o número de inscritos e de presentes nas avaliações aumentou, assim como o percentual de aprovação.

O segundo objetivo específico foi o de descrever o perfil socioeconômico das famílias entrevistadas que optam pelos exames supletivos para os filhos em uma unidade escolar que possui Comissão Permanente de Avaliação - CPA, localizada na cidade de Salvador.

Os participantes do estudo foram subdivididos em dois grupos: o Grupo 1 que inclui pais e seus respectivos filhos das classes econômicas A e B (conforme classificação do IBGE do ano de 2010) e o Grupo 2 que abrange as classes econômicas C e D.

No Grupo 1, a escolaridade de 60% dos pais entrevistados concentrou-se no nível superior completo ou pós-graduação. Com relação à renda familiar mensal dos participantes deste grupo, 75% recebem entre cinco a 15 salários-mínimos (sendo da classe econômica B) e 25% ganham mais de 15 salários (sendo da classe econômica A). Cabe destacar que, neste grupo, em 60% dos casos a renda familiar conta com a participação tanto do pai quanto da mãe dos jovens que estão fazendo os exames supletivos.

No Grupo 2, a escolaridade de 55% dos pais entrevistados concentrou-se no nível médio completo. No que diz respeito à renda familiar mensal dos participantes deste grupo, 65% recebem mais de um a três salários-mínimos (sendo da classe econômica D) e 35% ganham mais de três a cinco salários (sendo da classe econômica C). Cabe informar que, neste grupo, em 45% dos casos a renda familiar conta com a participação de ambos os pais dos jovens que estão realizando os exames supletivos e 30% têm somente o pai como provedor da família.

O terceiro objetivo teve como meta identificar e comparar as motivações apresentadas por pais e filhos das classes socioeconômicas A e B e das classes C e D para a realização dos exames supletivos.

Para os pais do G1 (classes A e B), as motivações que os levaram a procurar por estas avaliações, representando um percentual de 55% foram: antecipar o ingresso do jovem na universidade, principalmente por meio de mandado de segurança, pois na maioria dos casos, o candidato já estava aprovado no vestibular; e, como segunda motivação, eles apontaram que o filho precisava concluir o ensino médio com maior rapidez por estar em defasagem idade/série, perfazendo um total de 10% dos entrevistados.

Cabe sinalizar que, para o filho dos entrevistados do Grupo1, as suas motivações para realizar as provas estão concentradas em ter sido aprovado em faculdade/ENEM, com percentual de 50%; e, por ter sido reprovado em disciplina(s) no ensino médio. Em ambos os casos, o jovem tem a intenção de frequentar a faculdade e só depois partir para o mercado de trabalho.

Por outro lado, os pais das classes C e D (Grupo 2) querem que o(a) filho(a) conclua o ensino médio com maior rapidez pelo fato de ele/ela estar em defasagem idade/série.

Para o jovem do G2, as suas motivações estão voltadas para: concluir os Ensinos Fundamental II e Médio por estar em defasagem idade/série, com percentual de 40% das respostas obtidas; inserir-se no mercado de trabalho, inclusive para ajudar na renda mensal da família, perfazendo um total de 25%, representa a segunda motivação para este candidato; e, finalmente por ter sido reprovado em disciplina(s) na escola regular, perfazendo um total de 15% dos jovens entrevistados.

O quarto e último objetivo da pesquisa foi conhecer as expectativas de pais e filhos sobre a escolaridade destes e sua inserção no mercado de trabalho. Para os pais/mães do G1 (classes A e B), a principal expectativa com relação aos exames é o ingresso do filho no Ensino Superior, não tendo como objetivo imediato o ingresso do mesmo no mercado de trabalho, percentual este, representado por 75% dos entrevistados. Apenas 15% destes pais têm como expectativa a possibilidade do jovem ter qualificação profissional após realizar os exames.

Para os pais do G2, as expectativas estão voltadas para que o filho possa concluir o ensino médio (35%) e tenha certificado escolar para ingressar no mercado de trabalho (35%). Esta é uma realidade das famílias deste grupo, que buscam os exames para que o filho possa regularizar a sua vida escolar,

ingressar no mercado de trabalho, e só depois pensar em frequentar uma faculdade caso deseje.

Com relação às expectativas dos jovens entrevistados, pode-se constatar que no G1, 80% deles estão interessados em cursar o ensino superior após concluir as avaliações, e apenas 20% almejam ter certificado escolar para ingressar no mercado de trabalho.

Já os candidatos do G2 buscam ter certificado escolar para ingressar no mercado de trabalho, perfazendo um total de 40% dos entrevistados, assim como, o mesmo percentual (de 40%) é apresentado como resposta para o jovem cursar o ensino superior.

Numa análise geral, constata-se que, o jovem e a sua família, pertencentes às classes A e B procuram pelos exames supletivos como meio para antecipar os seus estudos e ingressar numa faculdade. O mercado de trabalho para estes candidatos vem como opção para a sua vida futura, mas não imediata.

Já no G2, aqui representado pelas classes C e D, percebe-se que os jovens procuram por estas avaliações com o propósito de regularizar a sua vida escolar pelo fato de estar em defasagem idade/série; obter o certificado do Ensino Médio para ingresso no mercado de trabalho, com a possibilidade de fazer um curso técnico; ou, por último, almejar o ingresso numa faculdade.

Mas, acima de tudo, no cotidiano destas famílias, todos almejam que seus filhos estudem, pois têm na educação o caminho para mudar de vida, principalmente os pertencentes às classes econômicas menos favorecidas. Mostra-se que é necessário promover o acesso de todos à escola de qualidade e que permita que o jovem tenha desde cedo a oportunidade de frequentar boa escola e dar prioridade aos estudos. Isto requer políticas públicas, investimento do governo e participação da população em geral por longos anos.

A metodologia empregada possibilitou a realização de um estudo descritivo exploratório, mas agora são necessárias investigações quantitativas que propiciem um conhecimento panorâmico dos exames supletivos no Brasil e, por outro lado, pesquisas qualitativas que permitam o aprofundamento sobre a realidade educacional dos jovens.

Diante dos dados obtidos no estudo, identificou-se a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem as concepções que as famílias e os seus

filhos possuem com relação aos exames supletivos. Além do mais, é relevante investigar também as motivações e expectativas com relação a estas provas, assim como, buscar por uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS

ARRIAGADA, Irma. **Nuevas familias para um nuevo siglo?** Cadernos de Psicologia e Educação, Paidéia, v.18, n. 10,2000, p. 28-35.

ARRIAGADA, Irma (2000). In: Tese de Dissertação: **“Concepções e práticas de pais sobre educação de filhos”**. Lúcia Vaz de Campos Moreira. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2005, p.7.

ARROYO, Miguel Gonzáles. “Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública”. In: SOARES, L. GIOVANETTI, M.A. N.L.(orgs). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.19-50.

ARROYO, Miguel González. **Curso Nacional de Formação de Formadores da Consulta Popular**. Ibitaré-MG, Fevereiro/2000.

BAHIA. Secretaria de Educação - SEC. Portaria Nº 12.235 de 30 de novembro e 1º de dezembro de 2002. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA, 2002.

BAHIA. Secretaria de Educação - SEC. Resolução Nº 138/2001 do Conselho Estadual de Educação, de 28 de dezembro 2001. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA, 2001.

BAHIA. Secretaria de Educação - SEC. Resolução Nº 069/2007 do Conselho Estadual de Educação, de 31 de agosto de 2007. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA, 2007.

BAHIA. **“Uma estratégia para a realização dos exames supletivos no Estado da Bahia: Comissões Permanentes de Avaliação – CPAs.” – Alfabetização e Cidadania Nº 15**. janeiro de 2003.

BEM, Laura Alonso de e WAGNER, Adriana. **Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em família de baixo nível socioeconômico**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.11, n 1, p.63-71, jan/abr. 2006.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. **A questão da disciplina na prática de educação da criança, no Brasil, ao longo do século XX**. Veritati, nº 2. In: Família e Educação: olhares da psicologia. São Paulo: Paulinas, 2012, p.37.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. **Família, socialização e desenvolvimento: as práticas de educação da criança**, 1995. 254f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, p.1.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. Cuidado e negligência na educação da criança na família. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana M.A. **Família e educação: olhares da psicologia**, 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2012, Coleção Família na sociedade Contemporânea, p. 17-32.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M e MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. O olhar de pais de camada média sobre a educação de filhos. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana M.A. **Família e educação: olhares da psicologia**, 3 ed. São Paulo: Paulinas,2012,Coleção Família na sociedade Contemporânea, p. 33-57.

BERGER,P. & KELLNER, H. (1970). Marriage and the construction of reality. Em: P.H. Dreifuss (Org) Recent sociology, New York: The Mac Millow com. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. Psicol. Reflex. Crit. Vol11, n.2, Porto Alegre,1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Capítulo VII, art. 225. Dispõe sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 5 out. 1988, p.97.

BRASÍLIA. Resolução Nº 3 de 16 de junho de 2010. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 dez.2010.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**/Urie Bronfenbrenner; tradução: André de Carvalho Barreto; revisão técnica: Silvia H.Koller. – Porto Alegre: Artmed, 2011, 310p.

BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia social ao longo do tempo e espaço. In: CAIRNS, R.B e CAIRNS, B.D. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**/ Urie Bronfenbrenner; tradução: André de Carvalho Barreto; revisão técnica: Silvia H.Koller. – Porto Alegre: Artmed, 2011, p.55-60.

BRONFENBRENNER, Urie. A teoria bioecológica do desenvolvimento humano. In: BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**/ Urie Bronfenbrenner; tradução: André de Carvalho Barreto; revisão técnica: Silvia H.Koller. – Porto Alegre: Artmed, 2011, p.43-54.

BRONFENBRENNER, Urie. Status, estrutura e desenvolvimento social na sala de aula. In: BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**/ Urie Bronfenbrenner; tradução: André de Carvalho Barreto; revisão técnica: Silvia H.Koller. – Porto Alegre: Artmed, 2011, p.61-64.

BRONFENBRENNER, Urie & MORRIS, P. (1998). The ecology of developmental processes. In: NARVAZ, Marta Giudice & KOLLER, Silvia H. **O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano**. In: KOLLER, Silvia Helena (Org.). Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.54.

BRONFENBRENNER, Urie. Disponível em: <<http://chapinha10.blogspot.com.br/2011/12/biografia-de-urie-bronfenbrenner.htm>>. Acesso em fev. de 2014.

CAIRNS, R.B e CAIRNS, B.D. A ecologia social ao longo do tempo e do espaço. In: BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Tradução: André de Carvalho Barreto; revisão técnica: Silvia H.Koller. – Porto Alegre: Artmed, 2011, p.55-60.

CALDANA, RHL. A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos e BIASOLI-ALVES, ZMM. **Práticas Educativas: A participação da mãe e da criança na determinação das atividades da rotina diária**. Revista Brasileira Crescimento do Desenvolvimento Humano.2008;18(1): 53-65.

CEBALLOS, E. & Rodrigo, M.J. (1998). Las metas y estrategias de socialización entre padres e hijos. In: BEM, Laura Alonso e WAGNER, Adriana. **Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível econômico**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.11, n 1, p.63-71, jan/abr. 2006.

CEREJA AlfaSol. Disponível em <[http://www.cereja.org.br/site/eja\\_publicas.asp](http://www.cereja.org.br/site/eja_publicas.asp)> Acesso em: 03 de out. 2013.

CLASSE SOCIAL. Disponível em <http://classe-social.info/> desenvolvido por <<http://www.kerdna.com.br>> Acesso em 25 de mar. 2014.

Conferência Internacional sobre educação de adultos: Hamburgo, Alemanha. **Declaração de Hamburgo; agenda para o futuro** – Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

COSTA, L.F e MESSEDER, M.L.L. **Educação, multiculturalismo e diversidade**. Salvador: EDUFBA, 2010, 1ª ed, p.372.

COURT, Pedro Morandé. **Família e sociedade contemporâneas**. In: PETRINI, João Carlos e CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 13-28.

CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES Livia e NICOLETTI, Juliana (Colaboradores). **Códigos 4 em 1 Saraiva: Civil, Comercial, Processo Civil e Constituição Federal**. São Paulo: Editora Saraiva, 8ª ed., 2012, 1.609 p.



DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana Costa. A família e a escola como contextos do desenvolvimento humano. Paideia. In: LEAL, Tereza Cristina Merhy e MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **Família e Parentalidade: olhares da Psicologia e da História**. Curitiba: Juruá, 2011, p.63-79.

DIAS DA SILVA, MHGF. A educação dos filhos pequenos nos últimos 50 anos: a busca do “melhor”? Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. São Paulo, 1986. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos e BIASOLI-ALVES, ZMM. **Práticas Educativas: A participação da mãe e da criança na determinação das atividades da rotina diária**. Revista Brasileira Crescimento do Desenvolvimento Humano. 2008, 18(1): 53-65.

Distorção idade-série. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/ajuda/artigo/265194>>. Acesso em jan. 2014.

ENGELS. **Novos arranjos familiares: uma breve análise**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/.../novos-arranjos-familiares-uma-breve-analise.ht...>>. Acesso em 20 de set.2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**; tradução de Leandro Konder, 16ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.5-19.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha e MAGALHÃES, Andrea Seixas. A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos e RABINOVICH, Elaine Pedreira (Org.) **Família e Parentalidade: olhares da Psicologia e da História**. Curitiba: Juruá, 2011, p.117-133.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ªed., São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.28. (Coleção leitura).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler e o processo de libertação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1997, p.76.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **A família na contemporaneidade: transformações e novas funções**. Prefeitura de Macaé, Realização ERA 2000, 2013, p. 1-11

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. Dicionário técnico jurídico. 6ª ed. São Paulo: Rideel, 2004. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/208/Liminar>>. Acesso nov.2013.

HOFFNUNG, Michele. Contemporary conflict for womem. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.) **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio: PUC, 2009, p.122-137.

KOLLER, Silvia (org.) **Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas, 2003.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAMB, M.E. How do father influence children`s development? Let me count the ways. In: M.E. Lamb (Ed.). *The role of the father in child development*. 5<sup>th</sup> ed. New York: John Wiley & Sons, 2010, p.1-26. Traduzido por Elvira Mejia Herrjón e revisado pela Profª Drª Lúcia Vaz de Campos Moreira, no grupo de pesquisa “Família e desenvolvimento humano”, do programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador.

LEWIS, C. & DESSEN, M.A. O pai no contexto familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. In: CREPALDI, Maria Aparecida; ANDREANI, Grace; HAMMES, Patricia Simone; RISTOF, Clarissa Dionísio; ABREU, Sandra Ribeiro de. **A participação do pai nos cuidados da criança segundo a concepção de mães**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.11, n.3, p. 579-587, set./dez.2006.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert e VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de Estilo Acadêmico: Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 5.ed Salvador: EDUFBA,2013.

MACEDO, Márcia S. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza**. *Cad.CRH*, vol 21, n.53. Salvador, mai/agos.2008.

MOREIRA, Lúcia e CARVALHO, Ana M. A.(Orgs.) **Família e educação: olhares da psicologia**, 3.ed. – São Paulo: Paulinas,2012 – (Coleção família na sociedade contemporânea)

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos (Org.) e RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e Parentalidade: Olhares da Psicologia e da História**. Curitiba: Juruá, 2011. 238p.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos, BIASOLI-ALVES, Z.M.M. **A avaliação de mães sobre as suas práticas de educação de filhos em dois contextos brasileiros**. *Maringá*, v.5,n 2, p. 175 -183, maio/ago.2006.

NARVAZ, Marta Giudice & KOLLER, Silvia H. O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. In: KOLLER, Silvia Helena (Org.) **Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.51-65.

NEWSON, J. e NEWSON, E. Cuidado e negligência na educação da criança na família. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana M.A. **Família e educação: olhares da psicologia**, 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2012, Coleção Família na sociedade Contemporânea, p. 17-32.

NORONHA, Ibsen; MATHIAS, Carlos Fernando e MARCOS, Rui de Figueiredo. **História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p.623.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica (projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses)**. São Paulo: Pioneira, 2001.

PESQUISA CIENTÍFICA E METODOLOGIAS. Disponível em: <[http://www.cursos.unisanta.br/civil/arquivos/Pesquisa\\_Cientifica\\_metodologias.pdf](http://www.cursos.unisanta.br/civil/arquivos/Pesquisa_Cientifica_metodologias.pdf)>. Acesso em set. 2013.

PETRINI, João Carlos e CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar –** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e Família: um itinerário de compreensão**. Bauru: EDUSC, 2003, p.57-87.

PIERRON. Jean-Philippe. **Le Climat familial. Une poétique da la famille**. Paris: CERF, 2009. Tradução: Rabinovich, Elaine Pedreira, Eds Du CERF, 2009, p.16.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Roberto Jarry Richardson; colaboradores: José Augusto de Souza Peres(et al.), 3 ed., São Paulo:Atlas, 1999.

SAEB. Sistema de Avaliação da Educação Básica Disponível em: <<http://www.provabrazil.inep.gov.br/historico>>. Acesso em jan.2014.

SARACENO, Chiara. Sociologia da família. In: PETRINI, João Carlos e CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). **Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 29-53.

SARTI, C.A. A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres. In: In: **A família na contemporaneidade: transformações e novas funções**. Prefeitura de Macaé, Realização ERA 2000, 2013 , p. 1-11.

SARTI, C.A. (2003). A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres. In: **Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em família de baixo nível socioeconômico**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.11, n 1, p.63-71, jan/abr. 2006.

SARTI, C.A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Faller (Orgs). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2008, p.21-36.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de, e SILVA, Eurides Brito. **Como Entender e aplicar a NOVA LDB (Lei Nº 9.394/96)**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001, p.1.

SZYMANSKY, Heloiza. Ser criança: um momento do ser humano. In: ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Faller (Orgs). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2008, p.53-60.

TUDGE, Jonathan. A teoria de Urie Bronfenbrenner: Uma teoria contextualista. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; CARVALHO, Ana M.A. **Família e educação: olhares da psicologia**, 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2012, Coleção Família na sociedade Contemporânea, p.210-231.

UNIVERSITÁRIO. Disponível em: <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=7915>>. Acesso em fev.2014.

ZAGO, Nadir; NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo (Orgs.)2003.In: Tese de Dissertação: **“Os familiares e o desempenho na escolaridade de estudantes de camadas populares no Alto Vale do Itajaí”**. Zenair de Souza Macedo Machado. Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2008, p.1-98.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada: “Exames Supletivos: motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos, para a sua realização”, que será desenvolvida pela pesquisadora Ariadne de Araújo Cruz, mestranda do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer as motivações que levam pais, mães e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos. Sua participação consiste em responder a um questionário que requer cerca de 20 minutos para ser respondido. O roteiro contém perguntas sobre as motivações para a realização dos exames supletivos.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, o(a) senhor(a) poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para o(a) senhor(a) (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Uma cópia deste documento ficará com o(a) senhor(a) e outra com a pesquisadora;
- Caso não se sinta à vontade com alguma questão do questionário, o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-lo, sem que isso implique em qualquer prejuízo;
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e a sua identificação será mantida sob sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato;
- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo;
- Sua participação não implica em nenhum custo financeiro;
- O estudo apresenta como benefício a ampliação do conhecimento sobre os exames supletivos nos dias atuais, o que poderá favorecer as políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos;
- Há o risco de desconforto em decorrência de abordar tema de relevância para a família, o que pode gerar estresse e outras mobilizações psicológicas. Caso isso ocorra, haverá apoio psicológico por parte da orientadora do estudo, que é psicóloga e, caso necessário, haverá encaminhamento para psicoterapia.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora ou com o Comitê de Ética que aprovou o estudo, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato através do endereço/telefones:

Ariadne de Araújo Cruz - mestranda – Telefone: (71) 8851-7223

Lúcia Vaz de Campos Moreira – orientadora – Telefone: (71) 8875-7822

Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea - Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - Telefone: (71) 3203-8913. E-mail: [cep@ucsal.br](mailto:cep@ucsal.br)

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES DE 18 ANOS – Resolução 466/2012)

Seu/sua filho(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada: “Exames Supletivos: motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos, para a sua realização”, que será desenvolvida pela pesquisadora Ariadne de Araújo Cruz, mestranda do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. Assim, solicito a sua autorização para a participação do(a) seu/sua filho(a) menor de idade no estudo.

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer as motivações que levam pais, mães e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos. A participação do(a) seu/sua filho(a) consistirá em responder a um questionário que requer cerca de 20 minutos para ser respondido. O roteiro contém perguntas sobre as motivações para a realização dos exames supletivos.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, ele/ela poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para o(a) mesmo(a) (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Uma cópia deste documento ficará com você e outra com a pesquisadora;
- Caso não se sinta à vontade com alguma questão do questionário, seu/sua filho(a) poderá deixar de respondê-lo, sem que isso implique em qualquer prejuízo;
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e a identificação dele(a) será mantida sob sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato;
- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos do estudo;
- A participação dele(a) não implica em nenhum custo financeiro;
- O estudo apresenta como benefício a ampliação do conhecimento sobre os exames supletivos nos dias atuais, o que poderá favorecer as políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos;
- Há o risco de desconforto em decorrência de abordar tema de relevância para a família, o que pode gerar estresse e outras mobilizações psicológicas. Caso isso ocorra, haverá apoio psicológico por parte da orientadora do estudo, que é psicóloga e, caso necessário, haverá encaminhamento para psicoterapia.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora ou com o Comitê de Ética que aprovou o estudo, você poderá entrar em contato através do endereço/telefones:

Ariadne de Araújo Cruz - mestranda – Telefone: (71) 8851-7223

Lúcia Vaz de Campos Moreira – orientadora – Telefone: (71) 8875-7822

Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea - Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Telefone: (71) 3203-8913. E-mail: [cep@ucsal.br](mailto:cep@ucsal.br)

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do responsável pelo(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA PAIS DE FILHOS MENORES DE 18 ANOS – Resolução 466/2012)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada: “Exames Supletivos: motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos, para a sua realização”, que será desenvolvida pela pesquisadora Ariadne de Araújo Cruz, mestranda do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. Assim, solicito a sua autorização para a participação do(a) seu/sua filho(a) menor de idade no estudo.

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer as motivações que levam pais, mães e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos. A participação do(a) seu/sua filho(a) consistirá em responder a um questionário que requer cerca de 20 minutos para ser respondido. O roteiro contém perguntas sobre as motivações para a realização dos exames supletivos.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, ele/ela poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para o(a) mesmo(a) (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Uma cópia deste documento ficará com você e outra com a pesquisadora;
- Caso não se sinta à vontade com alguma questão do questionário, seu/sua filho(a) poderá deixar de respondê-lo, sem que isso implique em qualquer prejuízo;
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e a identificação dele(a) será mantida sob sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato;
- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos do estudo;
- A participação dele(a) não implica em nenhum custo financeiro;
- O estudo apresenta como benefício a ampliação do conhecimento sobre os exames supletivos nos dias atuais, o que poderá favorecer as políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos;
- Há o risco de desconforto em decorrência de abordar tema de relevância para a família, o que pode gerar estresse e outras mobilizações psicológicas. Caso isso ocorra, haverá apoio psicológico por parte da orientadora do estudo, que é psicóloga e, caso necessário, haverá encaminhamento para psicoterapia.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora ou com o Comitê de Ética que aprovou o estudo, você poderá entrar em contato através do endereço/telefones:

Ariadne de Araújo Cruz - mestranda – Telefone: (71) 8851-7223

Lúcia Vaz de Campos Moreira – orientadora – Telefone: (71) 8875-7822

Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea - Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
Telefone: (71) 3203-8913. E-mail: [cep@ucsal.br](mailto:cep@ucsal.br)

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do responsável pelo(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE D****ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS FILHOS**

Entrevistado (a): Filho ( ) ou Filha ( )

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Início: \_\_\_\_\_ Fim: \_\_\_\_\_

**I. Dados de Identificação (Filhos)**

1. Idade do filho (ou filha) \_\_\_\_\_
2. Escolaridade:  
( ) Ensino Fundamental incompleto  
( ) Ensino Médio incompleto
3. Está matriculado em alguma escola? \_\_\_\_\_ ( ) Particular ( )  
Pública
4. Qual a série? \_\_\_\_\_
5. Estado civil:  
( ) solteiro ( ) casado ( ) união estável
6. Atualmente está trabalhando? ( ) sim ( ) não
7. Qual a função exercida?
8. Colabora com a renda mensal?
9. Quem mais contribui para a renda familiar?
10. Em que bairro reside? \_\_\_\_\_  
Com quem você reside? \_\_\_\_\_



## II. Motivações para os Exames Supletivos

11. Em sua opinião, o que são os exames supletivos?
12. Qual o motivo que o(a) fez procurar pelos exames supletivos?
13. Caso esteja com defasagem idade/série, o que o(a) levou a não completar os estudos na idade escolar adequada?
14. Como considera o seu rendimento escolar?
15. Você apresenta dificuldades em alguma disciplina na escola? SIM ( ) NÃO ( ). Caso positivo, em qual/quais disciplina(s)?
16. Caso não obtenha êxito nos exames supletivos, terá interesse em frequentar sala de aula regular? SIM ( ) NÃO ( ). Por quê?
17. Como os exames supletivos viabilizarão a entrada numa faculdade?
18. De que forma os exames supletivos lhe ajudarão a ingressar no mercado de trabalho ou ter melhores condições de trabalho?
19. Caso sua família tenha impetrado Mandado de Segurança para realizar os exames supletivos nesta Unidade Escolar, qual é o objetivo da mesma com esta ação?

## APÊNDICE E

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PAIS

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Início: \_\_\_\_\_ Fim: \_\_\_\_\_

#### I. Dados de Identificação (Pais)

1. Idade do pai (ou mãe) \_\_\_\_\_

2. Escolaridade:

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto       | <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo       |
| <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto    | <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo    |
| <input type="checkbox"/> Pós-graduação incompleta      | <input type="checkbox"/> Pós-graduação completa      |

3. Estado civil:

solteiro  casado  união estável  divorciado  viúvo

4. Atualmente está trabalhando?  sim  não

5. Qual a função exercida? \_\_\_\_\_

6. Qual é a renda familiar (líquida) mensal? \_\_\_\_\_

7. Quem contribui para a renda familiar? \_\_\_\_\_

8. Qual o seu grau de parentesco com o (a) candidato(a)? \_\_\_\_\_

9. Em que bairro reside? \_\_\_\_\_ Você reside com o(a) jovem?

SIM  NÃO

10. Com quem mais você reside? \_\_\_\_\_

#### II. Motivações para os exames supletivos

11. Em sua opinião, o que são os exames supletivos?

12. Qual o motivo que o(a) fez procurar pelos exames supletivos para seu(sua) filho(a)?

13. Caso o(a) seu/sua filho(a) esteja com defasagem na idade/série, o que o(a) levou a não completar os estudos na idade escolar adequada?

14. Como considera o rendimento escolar do(a) seu/sua filho(a)?

15. Seu/sua filho(a) apresenta dificuldades em alguma disciplina na escola?

( ) SIM ( ) NÃO. Caso positivo, em qual/quais disciplina(s)?

16. Caso o(a) mesmo(a) não obtenha êxito nos exames supletivos, terá interesse em que ele/ela frequente sala de aula regular? SIM ( ) NÃO ( )  
Por quê?

17. Quais são as suas expectativas com relação aos estudos do(a) seu/sua filho(a)?

18. Quais são as suas expectativas para o(a) seu/sua filho(a) com relação ao trabalho?

19. De que forma os exames supletivos ajudarão o(a) seu(sua) filho(a) a ingressar no mercado de trabalho?

20. Caso tenha impetrado Mandado de Segurança para o(a) seu/sua filho(a) realizar os exames supletivos nesta Unidade Escolar, qual é o seu objetivo com esta ação?



## APÊNDICE F

### UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea

Salvador, 28 de março de 2014.

À Professora

Deylane Andrade Santos

Diretora do Centro Estadual de Educação Magalhães Neto - CEA

Ao cumprimentá-la, solicitamos que a pesquisa intitulada “Exames Supletivos: motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos, para a sua realização” seja realizada na unidade escolar em que é gestora, pela minha orientanda de mestrado Ariadne de Araújo Cruz.

O estudo tem por objetivo conhecer as motivações que levam pais, mães e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos. Para tanto, serão aplicados 80 questionários assim subdivididos: (a) 20 jovens de classe média alta que estão fazendo exames supletivos; (b) os pais destes jovens de classe média alta; (c) 20 jovens de classe popular que estão fazendo exames supletivos; (b) os pais destes jovens de classe popular. Para os participantes que tiverem dificuldade com relação à escrita, tal questionário será aplicado na forma de entrevista. A coleta de dados será realizada no ano letivo de 2014. Todos os procedimentos éticos previstos na Resolução 466/2012 serão respeitados. Os dados obtidos serão apresentados em eventos científicos e publicados em artigos de periódicos ou livros, mas sempre será mantido o sigilo com relação aos dados de identificação dos participantes. Uma cópia da dissertação de mestrado será entregue ao Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – CEA, para que tenha acesso aos resultados obtidos.

Atenciosamente,

Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira  
Orientadora e Professora do  
Programa de Pós-graduação em  
Família na Sociedade Contemporânea  
(UCSal)

Ariadne de Araújo Cruz  
Mestranda

Eu, Deylane Andrade Santos, autorizo a mestranda Ariadne de Araújo Cruz a realizar a pesquisa intitulada “Exames Supletivos: motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos, para a sua realização” no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto – CEA, no decorrer do ano de 2014.

Salvador, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Exames Supletivos : motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos para a sua realização

**Pesquisador:** Ariadne de Araújo Cruz

**Área Temática:**

**Versão:**

**CAAE:** 30530714.2.0000.5628

**Instituição Proponente:** Universidade Católica do Salvador

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 656.620

**Data da Relatoria:** 06/05/2014

#### Apresentação do Projeto:

o estudo sobre o tema "Exames Supletivos: motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos para a sua realização" partiu do trabalho diário da autora como Coordenadora Pedagógica numa Comissão Permanente de Avaliação – CPA, de Salvador-Ba, onde famílias de contextos socioeconômicos diversos buscam regularizar a vida escolar dos seus filhos através desses exames.

#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo do Estudo é conhecer as motivações que levam pais, mães e seus filhos, de contextos socioeconômicos diversos, a optarem pelos exames supletivos.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora informa sobre a possibilidade de potenciais riscos de desconforto para a saúde dos sujeitos menores de 18 anos, em função da natureza do tema que envolve a família e pode gerar estresse e mobilizações psicológicas. Oferece suporte psicológico (através da psicoterapia) para os sujeitos que possam vir a apresentar esses riscos. O benefício apontado pela pesquisadora é a ampliação do conhecimento sobre os exames supletivos nos dias atuais, o que poderá favorecer as políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos.

**Endereço:** Av. Cardeal da Silva, nº 205

**Bairro:** Federação

**CEP:** 40.231-902

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3203-8913

**Fax:** (71)3203-8975

**E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 656.620

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

: O estudo é relevante já que trata de uma temática prioritária, diretamente associada ao crescimento e desenvolvimento do país, que é a educação básica desenvolvida no âmbito escolar. O estudo é enriquecedor, porque possibilita a compreensão das motivações de natureza psicossocial e socioeconômica, na perspectiva de pais e filhos, da ausência da escola regular e da busca dos exames supletivos para concluir seus estudos fundamentais. A pesquisa discute a legitimidade da produção de saberes fora do contexto formal da escola, através das experiências vivenciadas por jovens e adultos e sua certificação, através dos exames supletivos, nos níveis médio e fundamental.

A metodologia proposta é uma pesquisa exploratória. Serão entrevistados trinta candidatos de classe popular e seu(sua) pai/mãe e trinta candidatos de classe média alta e seu(sua) pai/mãe que buscarem os exames supletivos no decorrer do ano de 2014 no Centro Estadual de Educação Magalhães Netto - CEA. Serão aplicados questionários estruturados aos filhos e seu(sua) pai/mãe. Se houver necessidade, as gravações de áudio serão transcritas literalmente.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido: apresentam a natureza do estudo, objetivos, métodos, benefícios previstos. Informam sobre a possibilidade de riscos potenciais. Oferece suporte psicológico para os sujeitos que possam vir a apresentar esses riscos. Especificamente no termo de Assentimento Livre e Esclarecido, solicita a autorização do responsável pelo menor para a participação do (a) mesmo (a) no estudo. Esclarece sobre a liberdade do participante, adulto ou menor, para retirar o seu consentimento e desistir da sua participação no estudo a qualquer momento sem qualquer prejuízo na relação com a pesquisadora. Garante o sigilo e confidencialidade sobre a identificação dos sujeitos (adulto, como também os menores de 18 anos) participantes da pesquisa. Esclarece sobre a possibilidade de apresentação dos dados em eventos científicos e publicação sob a forma de artigo em revistas e periódicos científicos apenas para as finalidades do estudo e com garantia do completo anonimato. Disponibiliza os seus contatos para o sujeito com a finalidade de esclarecimentos a respeito da pesquisa e da sua participação, bem como da Instituição proponente e do Comitê de Ética da UCSAL.

Cronograma: adequado.

Custos: Adequados.

**Recomendações:**

Deverá ser inserido no TCLE autorização para gravação e transcrição da mesma, caso seja

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205

Bairro: Federação

CEP: 40.231-902

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

Fax: (71)3203-8975

E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 656.620

necessário.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Inserir no TCLE a autorização para gravação e transcrição da mesma, caso seja necessário.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Conforme Reunião do Colegiado, em 13/05/2014, ficou deliberado que o projeto se encontra aprovado, acatando o Parecer do relator, tendo sido ressaltado que a Pesquisadora deverá inserir no TCLE a autorização para gravação e transcrição da mesma, caso seja necessário.

SALVADOR, 22 de Maio de 2014

Assinado por:  
Aparecida Netto Teixeira  
(Coordenador)

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205  
Bairro: Federação CEP: 40.231-902  
UF: BA Município: SALVADOR  
Telefone: (71)3203-8913 Fax: (71)3203-8975 E-mail: cep@ucsal.br



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

## FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Exames Supletivos : motivações de pais e filhos, de contextos socioeconômicos diversos para a sua realização		2. Número de Participantes da Pesquisa: 120	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: Ariadne de Araújo Cruz			
6. CPF: 350.080.915-49	7. Endereço (Rua, n.º): RUA TEIXEIRA BARROS , 90 PARQUE BELA VISTA Casa SALVADOR BAHIA 40279090		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (71) 3353-7661	10. Outro Telefone:	11. Email: adne.c@oi.com.br
12. Cargo:			
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p style="text-align: center;">Data: <u>08 / 04 / 2014</u> <span style="float: right;"><u>Ariadne de Araújo Cruz</u> Assinatura</span></p>			
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
13. Nome: Universidade Católica do Salvador	14. CNPJ: 15.208.341/0001-24	15. Unidade/Órgão:	
16. Telefone: (71) 3206-7813	17. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>JOSE EUCLIMAR XAVIER DE MENEZES</u> CPF: <u>233190205-46</u></p> <p>Cargo/Função: _____</p> <p style="text-align: center;">Data: <u>08 / 04 / 2014</u> <span style="float: right;"> Universidade Católica do Salvador Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes <u>[Assinatura]</u> Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação</span></p>			
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica.			